

AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 31 | Nº 07 | JULHO 2011 | R\$ 15,00

PLANO DE SAFRA 2011/12

VEJA AS MUDANÇAS



GRÉCIA ENTENDA O DESDOBRAMENTO DA CRISE

MÔNICA BERGAMASCHI PRIMEIRAS IDEIAS DA NOVA SECRETÁRIA

BM&FBOVESPA PERSPECTIVAS PARA O AGRIBUSINESS EM 2011 E 2012

O agronegócio é o seguinte

Inovação na gestão do Mapa

AS AUTORIDADES governamentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) são bem contundentes quando afirmam que o recém-anunciado Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a Safra 2011/12 foi o último a ser apresentado no formato tradicional. Com outra orientação, a política agrícola estará voltada a novos questionamentos, diante da estrutura fundiária brasileira, formada de 5,1 milhões de estabelecimentos rurais, dos quais possuem valor de produção:

- Abaixo de dois salários mínimos em 73%, reclamando por medidas sociais como bolsa escola e família, aposentadoria rural, emprego em tempo parcial e transporte para as cidades.
- Entre dois e dez salários mínimos em 18%, para os quais as ações recomendadas são de assistência técnica, crédito de longo prazo e economia doméstica.
- Acima de dez salários mínimos em 9%, com oferta de crédito com taxas de juros competitivas com o exterior, seguro agrícola, redução do custo Brasil, exportações desburocratizadas e combate aos subsídios dos países ricos.

As premissas que nortearão o Mapa dizem respeito à evolução da produção e da renda, com avaliações na distribuição da renda nas atividades de antes, dentre e depois da porteira. Os esforços estarão no sentido de minimizar a volatilidade da receita do produtor. A montagem de bases cadastrais aparece como uma das prioridades emergenciais, bem como investimentos para disseminar o seguro rural, o mercado de opções e um programa massivo de assistência técnica e renda. Os objetivos estão voltados para a capitalização do campo e oferta de créditos com maior prazo.

De qualquer forma, o PAP traz instrumentos interessantes para serem ressaltados. Diante das condições conjunturais favoráveis no momento presente da agricultura, a disponibilidade de recursos colocados à disposição do produtor pode ser interpretada como adequada. A majoração dos limites de financiamento, sem especificidade por cultura, deverá facilitar o acesso a financiamentos e a diversificação das lavouras beneficiadas. A continuidade na contemplação de verbas para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) faz parte das demandas externas nas práticas de sustentabilidade que deverão prevalecer para os próximos anos.

O Código Florestal ainda não é uma página virada para os ambientalistas e ruralistas. A versão aprovada pela Câmara dos Deputados vai para debate no Senado. A presidente Dilma prorrogou por seis meses a moratória assinada pelo ex-ministro

Carlos Minc e pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2008, renovada por meio do Decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009. O relatório a ser aprovado no Senado volta para a Câmara dos Deputados, onde sofrerá discussão e aprovação para posterior encaminhamento à sanção presidencial. O 21º Fórum da Abag presta esclarecimentos sobre a evolução desse processo, que ainda deverá avançar no tempo, antes de ser concluído.

Os mercados financeiros mundiais andam muito voláteis, em função das dificuldades de alguns países europeus honrarem suas dívidas. O caso mais iminente é o da Grécia. **Agroanalysis** traz uma matéria didática sobre as opções para a solução desta crise, e como isso pode impactar o Brasil.

Apresenta também o caderno especial Perspectivas para o Agribusiness em 2011 e 2012, seminário promovido pela BM&FBovespa e o Mapa, que contou com a presença de cerca de 700 pessoas ligadas a empresas, produtores, investidores, ao governo e a entidades do agronegócio. A questão da sobrevalorização do real em relação ao dólar apareceu como uma preocupação pontual no curto prazo, uma vez que as questões associadas à tributação e à logística apenas serão remediadas em tempo mais longo.

A China é alvo de uma matéria especial na edição deste mês. Apesar de ser o segundo maior produtor de grãos do mundo (530 milhões de toneladas por ano), o país, com intenso processo de urbanização, também é o maior consumidor. A sua capacidade para atender à demanda crescente de grãos com a produção doméstica está chegando ao limite. Em alguns casos, como na soja e no milho, os chineses deixaram de ser exportadores para se tornarem importadores líquidos.

Por sua vez, com a abertura da economia, as importações brasileiras de produtos alimentícios aumentaram substancialmente. Assim, com a necessidade de novas ações para o controle dessas importações, o Brasil, a exemplo de outros países, deve se preparar para demonstrar que seus produtos no comércio nacional ou internacional atendem aos elevados padrões de qualidade e segurança. As Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI) fazem parte deste contexto. As grandes redes varejistas saíram na frente e correm na implantação de seus próprios sistemas de certificação para levarem credibilidade ao consumidor. Neste particular, o trabalho desenvolvido pelo Crea-PR no campo fitossanitário é digno de referência nacional e internacional. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfoury Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Paulo Roque

Arte: Daniel Gustavo Rocha Silva

Revisão: Raphael Messias

Fotos: iStockphoto e Stock.xchng

Secretaria e administração: Debora Durazzo

Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin

Publicidade/Contato Comercial: Atendeagro -Tels.: (11) 2369-7233

e (11) 9415-2319, e-mail: atendimentoagro@globo.com

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220,

Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar,

Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou

Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel

Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque

Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado,

Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação

Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza

Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira,

Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.),

Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto,

Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira

(Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações

S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.),

Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência

Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito

Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt

Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto

Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson

Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse S.A.), Olavo Monteiro

de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti

Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Eduardo Leduc
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

- 13 Crise grega
- 14 Comércio Brasil - China

Política Agrícola

- 16 Safra 2011/12

Agroenergia

- 21 Mercado de etanol

Especial Crea-PR

- 23 Valorização dos profissionais da Agronomia para o desenvolvimento

Fórum ABAG

- 29 21º Fórum ABAG

Especial BM&FBovespa

- 35 Perspectivas para o Agribusiness em 2011 e 2012

Especial ANDEF

- 42 Registro de agrotóxicos
- 44 Diário de bordo
- 45 Produzir
- 46 Opinião
- 47 Serviço ao agronegócio

Política Agrícola



16 Safra 2011/12

Fórum ABAG



29 21º Fórum ABAG

Especial BM&FBovespa



35 Perspectivas para o Agribusiness em 2011 e 2012

Eduardo Leduc

Vice-presidente sênior da Unidade de Proteção de Cultivos da Basf para a América Latina, Fundação Espaço ECO e Sustentabilidade para a América do Sul

A tecnologia faz parte das soluções propostas para o campo

Por Paulo Roque

AGROANALYSIS Estimativas da FAO apontam para um aumento na demanda por alimentos. Qual será o papel do Brasil nesse cenário?

EDUARDO LEDUC A demanda por alimentos é mais discutida a cada dia. Além dos relatórios da FAO sobre o aumento da população, a inflação dos preços dos alimentos também é um tema muito em voga. Na última reunião do G-20, que reúne ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e mais a União Europeia, essa questão foi pauta como a preocupação mais imediata. Junto com a necessidade de aumentar a produção, cabe ao Brasil aliar os aspectos socioambientais, de modo que a mesma seja sustentável e não encontre barreiras comerciais para sua comercialização.

Produzimos o vídeo *Um Planeta Faminto e a Agricultura Brasileira*, que mostra o salto da agricultura nacional em produção durante os últimos anos. Entre 1976 e 2010, as áreas plantadas com cereais e oleaginosas aumentaram 27%, enquanto a produção aumentou 213%. Isso significa aumento de 2,5 vezes por hectare. Para se ter uma ideia, em 1990 a área plantada com grãos era de 38 milhões de hectares, enquanto a produção atingia 58 milhões de toneladas. Quase 20 anos depois, a área plantada cresceu, lentamente, para 49 milhões de hectares, e a produção saltou para 158 milhões de toneladas na safra 2010/2011. Esses números demonstram o grande talento do País e de seus empresários agrícolas.



AGROANALYSIS Qual a importância da evolução tecnológica na agricultura? Como tem sido a modernização do produtor rural?

EDUARDO LEDUC O produtor rural brasileiro é um empreendedor nato. Ao longo dos anos, desbravou terras até então consideradas improdutivas, como o Cerrado. O solo pobre em nutrientes do interior do País é hoje campeão de pro-

dução e produtividade, e, sem sombra de dúvidas, isso se deve à tecnologia empregada no campo.

Instituições como a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] tiveram um papel fundamental nesse processo evolutivo. Os pesquisadores desenvolveram técnicas para correção da acidez do solo e variedades para a região. Essas novidades possibilitaram um salto

em produtividade. A combinação entre pesquisa e empreendedorismo do produtor rural levou o Brasil a ser hoje uma referência na produção de alimentos.

O aumento da produção brasileira é uma decorrência do maior uso de tecnologias no campo. O agricultor brasileiro provou ser moderno, competente e arrojado da porteira para dentro, tendo atingido níveis de tecnologia e sustentabilidade compatíveis com as exigências do mercado. No entanto, existem obstáculos para escoar a produção. Os gargalos logísticos prejudicam a rentabilidade e competitividade

AGROANALYSIS Na contribuição de instituições de pesquisa, qual o papel das corporações privadas?

EDUARDO LEDUC A indústria também contribuiu fortemente para o Brasil alcançar o patamar de celeiro mundial. Estamos no Brasil há 100 anos. Durante esse período, a empresa esteve atenta às movimentações e necessidades dos produtores agrícolas para disponibilizar produtos. O herbicida Poast®, lançado no início da década de 80, viabilizou o plantio direto e trouxe um grande avanço para a agricultura. Em 1990, lançamos o Facet®, que flexibilizou o controle de ervas daninhas em arroz irrigado.

Ao longo dos anos, disponibilizamos defensivos para o produtor que auxiliam no manejo fitossanitário eficiente e no aumento da produtividade. O fungicida Opera®, lançado em 2002, por exemplo, além de eficiente contra doenças como a ferrugem asiática da soja, apresenta efeitos fisiológicos positivos nas plantas, conhecidos como benefícios AgCelence®: eles tornam os cultivos mais verdes, vigorosos e tolerantes a estresses. Isso resulta em maior produtividade. Ofertamos também o Sistema de Produção Clearfield® Arroz, a única tecnologia específica para o controle do arroz vermelho ou arroz irrigado.

Temos outras importantes contribuições na agricultura de precisão. O Digilab auxilia na identificação dos sintomas das principais doenças em diferentes cultu-

ras, por meio de um microscópio digital que captura e aumenta a imagem em até 200 vezes. A ferramenta utiliza uma biblioteca virtual de saúde vegetal para consulta e comparação das imagens capturadas, além de contar com o suporte técnico de pesquisadores que fazem parte da comunidade Top Ciência por meio de *chats* e fóruns de discussão.

Já no Digilab 500, o microscópio da nova versão traz uma lente com capacidade de aumento de até 500 vezes. O equipamento reúne as funcionalidades de alguns microscópios e máquinas fotográficas digitais utilizadas em laboratórios. No Yield Max, o sistema de monitoramento integra a coleta e o processamento de dados climáticos para a definição do momento mais seguro para aplicação preventiva de fungicidas.

AGROANALYSIS Com atuar nesse contexto da importância da pesquisa e da contribuição científica para a agricultura?

EDUARDO LEDUC É justamente graças aos esforços dos pesquisadores que o Brasil consegue colher cerca de 3.200 quilos por hectare de soja, por exemplo. Muitas dessas variedades possuem potencial genético para produzir ainda mais. Esse é o objetivo da indústria: investir em tecnologia para defender a produção de adversidades e atuar positivamente na fisiologia da planta para extrair ao máximo o potencial genético das mesmas.

Investimos em 2010 cerca de € 1,5 bilhão em pesquisa e desenvolvimento. Em 2009, foram € 1,38 bilhão. Como uma demonstração de comprometimento com inovação e tecnologia, um quarto daquela cifra foi direcionado em projetos de soluções para agricultura.

Para as pesquisas em biotecnologia, contamos globalmente com a Plant Science. Essa iniciativa possibilitou a pesquisa da primeira soja brasileira geneticamente modificada desenvolvida em parceria com a Embrapa. Conhecida como Sistema de Produção Cultivance®,

“O agricultor brasileiro provou ser moderno, competente e arrojado da porteira para dentro”

a nova variedade é tolerante a herbicidas e estará disponível no mercado na safra 2012/13.

Instalada no município de Santo Antônio de Posse, na Região Metropolitana de Campinas, a nossa Estação Experimental Agrícola da Unidade de Proteção de Cultivos comemorou 30 anos em 2010. Os seus trabalhos de pesquisa têm a colaboração direta do Centro de Pesquisas Agrícolas de Limburgerhof, na Alemanha.

AGROANALYSIS Quais as exigências e como se manter competitivo no mercado para os próximos anos?

EDUARDO LEDUC Atualmente, com atitudes mais empresariais, além de investimentos em tecnologia, os produtores estão atentos às variações dos mercados físicos e futuros para assegurar bons negócios e garantir a rentabilidade da produção.

Há uma preocupação geral com as boas práticas agrícolas. Isso envolve o manejo correto e integrado dos produtos de acordo com as orientações especificadas no receituário agrônomo, com a utilização dos equipamentos corretos. Não se pode descuidar da responsabilidade social em relação à comunidade envolvida na cadeia de produção agrícola, mais a conservação do meio ambiente.



“Nossa missão é oferecer aos agricultores brasileiros produtos e serviços que promovam uma agricultura de excelência”

AGROANALYSIS Quais as iniciativas que considera importantes na área de sustentabilidade?

EDUARDO LEDUC Sustentabilidade é hoje um dos pilares da estratégia de negócios. A implementação de programas precisa apoiar a sustentabilidade interna e externamente. Em nosso Programa de Adequação e Educação Ambiental Mata Viva, iniciado em 1984, restauramos 128 hectares de Mata Atlântica em um trecho de quatro quilômetros da margem direita do Rio Paraíba do Sul, na fábrica da empresa em Guaratinguetá (SP).

Iniciativa dessa natureza provoca transformações em valores e atitudes. As cooperativas de Citricultores de São Paulo (Coopercitrus) e a Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé) revitalizaram, apenas em 2010, áreas correspondentes a 37 hectares plantados com 62.000 mudas.

Outra vertente é a educação ambiental. No Teatro Mata Viva levamos conhecimento sobre sustentabilidade, meio ambiente e atitudes conservacionistas a 13.000 crianças, somente no ano de 2010.

Em outros programas, incluímos a conscientização do correto uso, manuseio e armazenamento dos EPIs [Equipamentos de Proteção Individual]. A empresa também integra o inpeV [Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias] que hoje é referência mundial no recolhimento de embalagens. O caso brasileiro serve de norte para outros países, já que conseguimos retirar do campo 94% das embalagens destinadas ao uso agrícola.

AGROANALYSIS Quais os planos e projetos para os próximos anos?

EDUARDO LEDUC Nossa missão é oferecer aos agricultores brasileiros produtos e serviços que promovam uma agricultura de excelência. Neste sentido, continuaremos a investir pesadamente em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços. Vamos dispendir esforços para auxiliar o produtor rural a produzir mais, com qualidade e de forma responsável. Estabeleceremos parcerias para ampliarmos a presença no mercado como as que temos hoje com Embrapa, Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).

Com portfólio repleto de inovações para o curto prazo, como Cetro, Serenade, Comet Cana, Clearfield BRS Sinuelo, Xemium, Kixor, Sistema de Produção Cultivance, beneficiaremos os principais cultivos da pauta agrícola brasileira: soja, cana, trigo, arroz, hortifruti, milho, algodão, feijão, café, dentre outros.

Em nossas estratégias de negócios, as megatendências nos sinalizam quanto ao aumento e ao envelhecimento da população mundial, à maior urbanização, à mudanças nos hábitos alimentares e ao maior consumo por parte das classes C e D. Como o cenário do agronegócio também apresenta perspectivas positivas, o Brasil se destaca pela reserva disponível de terras agricultáveis e as condições climáticas favoráveis para atender a essa crescente demanda. Novas tecnologias serão fundamentais para auxiliar o produtor nesse crescimento. ■

Macroeconomia

Analizando a economia global

Rogério Mori*

AS ÚLTIMAS informações acerca da economia brasileira sinalizam para uma manutenção da aceleração do ritmo de crescimento do produto neste ano. Os dados referentes ao produto do primeiro trimestre de 2011 indicam um crescimento mais robusto em relação ao registrado em fins do ano passado. Esse fenômeno, aliado às pressões inflacionárias, indica uma continuidade do processo de aperto da política monetária brasileira nos próximos meses, e o Copom deverá ajustar a meta da taxa básica de juros – Selic – nas próximas reuniões de tal forma a compatibilizar o ritmo da expansão da demanda agregada ao da oferta agregada em bases mais moderadas. De qualquer forma, é inegável que o ambien-

te econômico brasileiro se mostra positivo neste período.

O cenário, sem dúvida, é consideravelmente distinto do que pode ser verificado na economia mundial, em que o pessimismo e um cenário negativo começam a se consolidar. Do lado da economia norte-americana, os sinais apontam para um ritmo fraco da atividade econômica no segundo trimestre, o que consolida um semestre de baixo crescimento. As perspectivas não são as melhores: o congresso dos EUA permanece dividido, e as chances de novos impulsos fiscais são limitadas. Ao mesmo tempo, a política monetária permanece em xeque e ineficaz no sentido de proporcionar novos estímulos à demanda agregada. Dentro

desse cenário, não é possível apostar em uma retomada mais vigorosa da economia norte-americana daqui para frente.

De maneira simultânea, a economia europeia mantém-se mergulhada em um conjunto de indefinições e incertezas. Sob essa perspectiva, a Europa continua a exibir um baixo crescimento econômico ao longo dos últimos trimestres, sem sinais de grandes mudanças mais adiante. Adicionalmente, os riscos impostos pelos PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) ao sistema financeiro europeu e global. O potencial de um *default* desordenado em um ou mais desses países abortaria o processo de recuperação econômica dessa região e afetaria a economia global.

No que se refere ao Japão, as indicações também não são as mais favoráveis. Mesmo antes do tsunami, a economia do Japão já enfrentava dificuldades de recuperação, e levará um tempo considerável para que esse país volte a registrar sinais mais positivos em termos de crescimento do produto.

Adicionalmente, vários países emergentes começaram a desacelerar suas economias. A China, nesse contexto, deverá registrar alguma desaceleração no seu ritmo de crescimento mais adiante.

As indicações de um cenário econômico não muito favorável daqui para frente têm proporcionado alguma contaminação do lado dos mercados financeiros. Com isso, os preços de vários ativos começaram a ser ajustados para baixo. Nesse contexto, volatilidade e incerteza devem prevalecer nos mercados daqui para frente. ■



*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

A balança comercial do agronegócio brasileiro registrou superávit de US\$ 6,9 bilhões em maio. As carnes, o complexo sucroalcooleiro (açúcar e etanol) e o complexo soja (grão, farelo e óleo) foram responsáveis por 67% da receita das exportações. O valor embarcado foi de US\$ 8,4 bilhões (17,5% a mais que em maio de 2010). As importações também cresceram em relação ao mesmo período do ano passado, e o montante foi de US\$ 1,5 bilhão. Os dados foram divulgados pelo departamento de Promoção Internacional do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e, segundo o seu diretor, Marcelo Junqueira, “ainda que haja uma forte apreciação do real, os produtores foram compensados pela valorização, em dólar, dos preços dos produtos do agronegócio, que permitiu bons ganhos nesta safra”.

IMPORTAÇÕES

O Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio do Mapa informou, também, que o Brasil importou, em valores, 53,8% a mais, na comparação com maio de 2010. Os produtos florestais, cereais e farinhas foram itens que se destacaram nas importações. A aquisição de produtos florestais, como o papel e a borracha natural, aparece na primeira posição em valor, com US\$ 302 milhões (28,5% superior às receitas registradas em maio de 2010).

SAFRA 2010/2011: NOVO RECORDE

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) anunciou que o Brasil vai quebrar novo recorde na produção de alimentos. De acordo com estimativas, a produção nacional de grãos em 2010/2011 deve chegar a 161,5 milhões de toneladas. Segundo o ministro Wagner Rossi, os dados confirmam a previsão de recorde, com aumento de 8,2%, ou cerca de 12,2 milhões de toneladas a mais que a safra passada. A colheita passada chegou a 149,2 milhões de toneladas de grãos. Segundo a Conab, a produção de grãos cresceu 1,25% – o equivalente a 2 milhões de toneladas – se comparada ao último levantamento, realizado em maio. A área cultivada também aumentou 3,8%, atingindo 49,2 milhões de hectares. Isso representa 1,82 milhão de hectares a mais que em 2009/10, quando a área plantada foi de 47,4 milhões de hectares. O levantamento foi realizado no período de 16 a 21 de abril. Foram consultados representantes de cooperativas e sindicatos rurais, de órgãos públicos e privados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, além de parte da região Norte.

COMBATE AOS DEFENSIVOS ILEGAIS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentou os resultados do primeiro levantamento do projeto de Combate aos Produtos Ilegais (CPI), lançado no ano passado em parceria com a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (Aenda). Foram apreendidos 34.828 litros de produtos sem registro em São Paulo e 8.188 litros em Goiás, os dois Estados que participaram da fase piloto do programa. Os dados mostram, ainda, a instauração de 15 inquéritos e a representação contra seis empresas. Todas as denúncias encaminhadas foram acolhidas por, pelo menos, uma instância do Ministério Público Federal.

DÉFICIT FLORESTAL MINEIRO

Mesmo com a maior área de florestas plantadas do País, que chega a 1,4 milhão de hectares, Minas Gerais ainda enfrenta um déficit da ordem de 400 mil hectares para suprir a necessidade da indústria metalúrgica estadual, principalmente, informa o presidente da Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Bruno Melo Lima.

AGRICULTURA UTILIZA R\$ 76 BI DO CRÉDITO RURAL

A aplicação do crédito rural na agricultura empresarial, entre julho de 2010 e abril de 2011, foi de R\$ 76,4 bilhões do total de R\$ 100 bilhões disponíveis para a safra atual. De acordo com a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se comparado com mesmo período da safra passada, quando foram liberados R\$ 64 bilhões, houve crescimento de 19% nas aplicações de custeio, comercialização e investimento no setor.

ETANOL: FIM DO PROTECIONISMO NOS EUA?

No último dia 16/06, o senado norte-americano aprovou, por 73 votos a favor e 23 contra, emenda que eliminaria o subsídio de US\$ 0,45 por galão de etanol bem como a tarifa de US\$ 0,54 que incide sobre o etanol importado do Brasil. Mesmo sendo uma primeira etapa e de difícil aprovação (ainda precisaria passar pelo congresso e ser sancionada pelo presidente Obama), a aprovação por número tão expressivo demonstra que o lobby agrícola não é mais tão hegemônico nas esferas políticas dos EUA.

EVENTO INÉDITO PARA REVENDAS AGROPECUÁRIAS

Reunir profissionais dos setores de distribuição e revenda, simultaneamente em duas feiras, em São Paulo, é a iniciativa pioneira da Informa Exhibitions, divisão de feiras e congressos do Grupo Informa. Trata-se da Agrinsumos Expo&Business e a Induspec Animal Expo&Business, que acontecerão de 26 a 28 de julho de 2011 no Transamérica Expo Center. A Induspec é uma feira de negócios exclusiva para a indústria de nutrição e saúde animal; e a Agrinsumos é uma feira de insumos, serviços e logística para o agronegócio. As feiras contarão com três grandes eventos paralelos: I Congresso Nacional da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas Agropecuários (Andav), o 8º Congresso Brasileiro de Marketing Rural, da Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócio (ABMR&A), e o I Encontro de Cooperativas de Transporte de Cargas, realização da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

OCB – ENCONTRO DE NEGÓCIOS

No dia 26 de julho, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) realizará o I Encontro de Cooperativas de Transporte de Cargas, com o Encontro de Negócios, concebido pelo Conselho Consultivo do Ramo Transporte do Sistema OCB, e terá como objetivos identificar oportunidades comerciais para as cooperativas de transporte de cargas e aumentar a representatividade deste setor no mercado.

MARKETING RURAL

O 8º Congresso Brasileiro de Marketing Rural, da Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócio (ABMR&A) será realizado nos dias 27 e 28 de julho. Sob o tema básico Os Desafios do Marketing do Agronegócio: do Produtor ao Consumidor, a ABMR&A, segundo seu presidente, Maurício Mendes, quer unir todos os segmentos do setor, inclusive o consumidor, para discutir todas as cadeias do agronegócio e a forma de elas se comunicarem. “Os elos do agronegócio precisam se conhecer melhor e, assim, estabelecerem uma comunicação mais eficiente entre eles. A intenção é fazer com que a comunicação parta do consumidor até o produtor da matéria-prima no campo, integrando também os demais setores que atuam antes e depois da porteira”, explica Mendes.

CONGRESSO ANDAV

O I Congresso Andav – Fórum da Distribuição de Insumos Agropecuários, de 26 a 27 de julho, vai reunir autoridades e profissionais da área para debaterem temas relacionados à gestão, legislação, logística e ao mercado. A proposta do Congresso é mostrar o futuro dos canais de distribuição de insumos agrícolas e pecuários no Brasil, diante da alta competitividade do setor, além de apresentar soluções que garantam a sobrevivência e a expansão dos negócios das empresas.

RADAR DO CARBONO

O *Lidartector*, nova tecnologia que vem sendo desenvolvida para mapear os estoques de carbono em áreas florestais, promete dar grande contribuição na luta contra as mudanças climáticas. O aparelho pode ser instalado em aviões e emite uma onda eletromagnética que, refletida, permite a construção de imagens detalhadas de vastas áreas de cobertura vegetal. Assim, é possível mensurar de forma mais precisa o carbono estocado e sequestrado nessas áreas. Esse monitoramento, mais preciso, permitirá o desenvolvimento de mercados de carbono mais eficientes dentro do programa de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação Florestal (REDD).

OUROFINO, 30 NOVOS PRODUTOS ATÉ 2012



Com seis meses em atividade, a unidade industrial de defensivos agrícolas da Ourofino Agrociência, em Uberaba-MG, dá seus primeiros passos no cenário da agricultura. Com planejamento para oferecer um dos portfólios mais completos do setor, a Ourofino Agrociência oferece atualmente ao agricultor sete produtos utilizados em diversos cultivos, como soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café, citros, tomate e batata. Até 2012, a empresa deverá fabricar mais de 30 novos produtos e totalizar acima de 70 para os próximos anos.

“Nosso desafio é o crescimento com sustentabilidade e eficiência, o que implica em investimentos para a inovação tecnológica, eficiência e uma crescente profissionalização do setor.”

MARCOS JANK, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), na solenidade de abertura do Ethanol Summit 2011

“O mais intrigante é ver que a pesquisa pretende refletir o sentimento da sociedade, que realmente não está informada sobre a reforma do Código (dos entrevistados, 6% se dizem bem informados, 41% mais ou menos informados, 15% mal informados e 38% não tomaram conhecimento), como se as perguntas feitas conseguissem traduzir a realidade desse imenso País, carente de uma lei adequada à sua realidade.”

RODRIGO C. A. LIMA, advogado, gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), pesquisador da RedeAgro, referindo-se à pesquisa realizada pelo Datafolha sobre a reforma do Código Florestal



MARCELLO CASAL JR./ABR

Como a safra continua bem e a demanda internacional mantém-se firme este ano, esperamos superar, por larga margem, os US\$ 60 bilhões do ano passado.”

WAGNER ROSSI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao anunciar, em coletiva à imprensa, em Brasília, a previsão da nova safra brasileira de grãos

“Esta atividade (do setor sucroenergético) é o depoimento mais eloquente de que se pode proteger o meio ambiente e produzir tecnologia, situações que são tratadas pelo novo Código.”

ALDO REBELO, deputado federal, relator do projeto do novo Código Florestal, no Ethanol Summit 2011

“O governo deve dar mensagens claras para diminuir a incerteza no setor e atrair investimentos. É necessário melhorar a coordenação e ter papel mais ativo incentivando pesquisa de qualidade.”

MANOEL BERTONE, secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, no Ethanol Summit 2011

“O setor florestal poderia deixar de ser potencial. Nós não temos vontade política, da sociedade, das entidades...”

JOÉSIO SIQUEIRA, vice-presidente da STCP, ao falar sobre a falta de união do setor florestal em coletiva à imprensa durante a 3ª Feira da Floresta, em Gramado (RS)

“A agricultura de exportação contribui muito para a garantia de segurança alimentar no Brasil, conclusão oposta à do Consea, não só porque ela tem elevada produtividade, mas também porque produz alimentos e matérias-primas para ração.”

ANDRÉ M. NASSAR, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône)

Crise grega

Entenda as opções da Grécia

O TURBULENTO processo de resgate das finanças de alguns países da União Europeia, no qual a Grécia é apenas a ponta mais evidente desse *iceberg*, é uma das principais fontes de tensão para o mercado financeiro internacional.

Apesar do peso modesto dentro da União Europeia, a crise grega preocupa o sistema financeiro, porque, se a Grécia entrar em *default*, importantes bancos alemães e franceses teriam de reconhecer significativos prejuízos.

A situação vai além da preocupação com o caixa dos credores. Caso a Grécia declare moratória, e os bancos tiverem que reconhecer este prejuízo, eles terão sérias dificuldades para financiar as:

I. dívidas soberanas de outros países que também estão na berlinda, com especial destaque para Portugal, Irlanda e Itália; e

II. a dívida do setor privado espanhol.

Por outro lado, os agentes também estão céticos quanto à capacidade de os gregos conseguirem realizar as reformas necessárias para poderem reduzir o tamanho da sua dívida. Assim como a Grécia, Portugal, Espanha e Itália também se deparam com um baixo ritmo de

crescimento, altas taxas de desemprego, governos com baixa popularidade e, consequentemente, limitada força para implementar reformas.

Quais são os possíveis desdobramentos para a crise grega?

De acordo com a revista *The Economist*, há cinco possíveis desdobramentos para a crise da dívida grega: membros da zona do euro (1) transferindo ou (2) emprestando recursos para o governo grego; (3) um novo plano de resgate (iniciativa de Viena); (4) uma reestruturação voluntária e suave ou (5) uma reestruturação mais rígida por parte dos credores.

Todas as soluções têm vantagens e desvantagens, mas, em síntese, as soluções (2) e (4) não resolvem o problema, apenas postergam sua definição. A dívida grega é tão grande, que somente um prazo maior não será a solução. Portanto, apenas as opções (1) e (5) deveriam ser consideradas. A diferença está em quem paga a conta. Na opção (1), os contribuintes europeus pagam a conta, principalmente os alemães. A opção (5) traz redução forçada da dívida; neste caso, os credores pagam a conta.

Vale lembrar que, nos anos 80, a América Latina saiu de uma enorme crise de dívida externa com o Plano Brady, que nada mais era que a opção (5). Os credores tiveram de aceitar uma redução do valor presente da dívida. E havia mais de uma forma para isso: redução do valor de face, redução dos juros, gatilho de juros, amarrado a crescimento do PIB, etc. Os credores tinham algum grau de liberdade para escolher a forma. O Plano Brady funcionou, os países sobreviveram e os bancos também.

Os órgãos reguladores não vão deixar a Grécia quebrar. Os bancos europeus já estão com um plano de emergência para suportar uma saída, tipo opção (5), em que sofreriam mais.

As conclusões são: o sofrimento mundial será menor que o apontado hoje; a Grécia terá de melhorar a qualidade de seus gastos; e os bancos não quebrarão.

Os produtores brasileiros serão afetados?

Para os produtores rurais brasileiros, claro está que haverá algum efeito depressivo no preço das *commodities*, mas infinitamente menor que qualquer solução da economia chinesa. ■

Opções para solucionar a crise financeira da Grécia

	Opções	O que significa	Prós	Contras
1	Transferências fiscais	Membros da <i>Euro-zone</i> dão dinheiro à Grécia.	Reduz encargos da dívida grega. O BCE não irá se opor.	Impossível de vender abertamente aos eleitores. Pode causar desregramento.
2	Empréstimos afiançáveis	Membros da <i>Euro-zone</i> e o FMI emprestam dinheiro à Grécia.	Compra mais tempo para a Grécia. O BCE não irá se opor.	Não aborda a questão de solvência. Novas condições de empréstimo podem reprimir o crescimento. Credores oficiais substituem gradualmente os credores privados. Dificuldade de venda aos eleitores.
3	Iniciativa de Viena	Bancos se "voluntariam" para <i>roll-over</i> os <i>holdings</i> das dívidas gregas.	Compra tempo para a Grécia; não deixa para os contribuintes pagarem a conta; menos suscetível de desencadear <i>downgrade</i> nas avaliações.	Não aborda a questão de solvência.
4	Reestruturação e redefinição "suaves"	Credores se "voluntariam" para prorrogar vencimentos da dívida existente.	Compra tempo para a Grécia; não deixa para os contribuintes pagarem a conta; Pode não ser um credit event para os CDs.	Não resolve problemas de solvência. Provavelmente ainda significa um <i>downgrade</i> nas avaliações. O BCE não gosta.
5	Reestruturação "rígida"	Sério <i>haircut</i> sobre o valor da dívida grega.	Reduz encargos da dívida grega. Impõe perda imediata para os setores privados.	Fere os bancos gregos e arrisca maior contágio. Reduz a pressão aos gregos para reforma. O BCE definitivamente odeia.

Comércio Brasil - China

Complementaridades e oportunidades

Esequiel Liuson*

COM UMA numerosa população e em crescimento econômico acelerado, ninguém mais tem dúvidas a respeito da importância da China como destino para os produtos agrícolas brasileiros. A preocupação com o abastecimento e os preços dos alimentos tem sido uma constante nos discursos dos líderes do país. Nesse contexto, o futuro das relações entre o Brasil e a China dependerá da capacidade em identificar as complementaridades e concretizar as oportunidades no campo do comércio dos produtos do agronegócio.

A China, com seus 9,6 milhões km², é o terceiro maior país em área do mundo, depois da Rússia e do Canadá, seguidos pelos EUA e pelo Brasil, que é o quinto. Entretanto, a China possui 1,7 milhão de km² de desertos, o que representa 18% da área total.

A República Popular da China conta com uma população de 1,3 bilhão e reconhece oficialmente 56 grupos étnicos distintos, sendo o maior o da etnia Han, que constitui cerca de 91,9% do total da população do país. A política do filho único, imposta pelo governo no fim da década de 1970, consiste numa lei segundo a qual ficou proibido a qualquer casal ter mais de um filho. Casais que têm mais de um filho são punidos com severas multas. Existem hoje cerca de 80 milhões de filhos únicos na China. Apesar disso, as regras oferecem uma série de exceções. Em grande parte da área rural, a maioria das famílias pode ter um segundo filho, principalmente se o primeiro for mulher. Consequentemente, observa-se um envelhecimento da população, o que cria sérios problemas na previdência. Com a política do filho único e o aumento da expectativa de vida, é cada vez menor a relação entre trabalhadores contribuintes por aposentado.

Na última década, as cidades chinesas cresceram a uma taxa média de 10% ao ano. Os índices de urbanização aumentaram de 17,4% para 46,8% entre 1978 e 2009, uma escala sem precedentes na história humana. Entre 150 e 200 milhões de trabalhadores temporários migrantes vão para as grandes cidades e voltam para casa, no campo, periodicamente. A diferença de desenvolvimento econômico entre as áreas urbanas e o interior, ainda predominantemente agrário e de baixa renda, é exacerbada, pois os investidores preferem áreas com melhor infraestrutura e trabalhadores mais qualificados.

A China é o maior consumidor de energia do mundo, mas depende do carvão para fornecer 70% das suas necessidades energéticas. Tudo isso, juntamente com uma regulamentação ambiental deficiente, leva a uma poluição maciça do ar (a China tem 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo). Por conseguinte, o governo prometeu aumentar a utilização de energias renováveis com uma meta de atingir 30% do consumo total de energia até 2050.

Apesar da rápida urbanização, a China é o segundo maior produtor de grãos do mundo (530 milhões de toneladas/ano) e o maior consumidor, buscando manter-se autossuficiente. Com o aumento de renda da população, os consumidores podem pagar mais por proteínas cárneas e produtos lácteos. No entanto, para produzir uma única caloria de carne, são necessárias várias calorias de grãos, portanto o consumo total de grãos da China aumentou cerca de 2% ao ano em média desde 1980.

Ser o maior consumidor de alimentos do mundo significa que qualquer movimento na posição exportadora da China é suficiente para alterar os mercados globais. Até 1995, a China era um exportador líquido de soja. Em 2010, 58% das

exportações globais de soja foram para a China. Em 2003, a China exportou 16 milhões de toneladas de milho, mas em 2010 importou 1,5 milhão de toneladas, e este ano estimativas apontam que aumentarão ainda mais as importações, alcançando nove milhões de toneladas.

A capacidade chinesa para atender à demanda crescente de grãos com a produção doméstica está chegando ao limite. É improvável que a China se mantenha autossuficiente a médio prazo, pois a área de produção é limitada, sua expansão improvável, e restam poucos ganhos de produtividade a serem encontrados. Por exemplo, os produtores de trigo da China já são 51% mais eficientes do que os dos Estados Unidos, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA. Além disso, o excesso de bombeamento para irrigação da planície Norte, principal região do país para cultivo de trigo e milho, tem impulsionado artificialmente a produção nos últimos anos, porém, qualquer diminuição neste sistema poderá levar a um colapso.

A importância da China é também refletida por meio da sua posição de segunda maior economia do mundo, com o PIB de US\$ 10,084 trilhões. É a economia com mais rápido crescimento, o segundo maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias do globo.

A China é o segundo maior destino das exportações agrícolas brasileiras, depois da União Europeia. Importa US\$ 7,4 bilhões/ano e, além de ser um mercado ávido por abastecimento, torna-se um consumidor cada vez mais exigente. As exportações brasileiras para a China demonstram a forte demanda chinesa por produtos básicos. As vendas concentraram-se em dois produtos: minério de ferro (US\$ 7,0 bilhões), e soja em grão (US\$ 6,34 bilhões).

SXC.HU



A China é um dos países que mais elevaram as importações agrícolas nos últimos anos, ampliando as aquisições de US\$ 28,0 bilhões em 2004 para US\$ 58,3 bilhões em 2008, com uma taxa média anual de crescimento das importações de 20,2%. Em 2009, as exportações brasileiras agrícolas para a China elevaram-se em 19,1%, atingindo a cifra de US\$ 7,4 bilhões. A soja em grão é o principal produto agrícola de exportação para o País. Representou 85,4% do valor total exportado em produtos agrícolas. O segundo maior produto de exportação para a China, também do complexo soja, foi o óleo de soja, com US\$ 398,9 milhões. Dessa forma, os produtos do complexo soja responderam por mais de 90% do total das vendas de produtos agrícolas brasileiros para a China.

O momento atual é especialmente propício para o Brasil consolidar e diversificar a pauta dos produtos agrícolas que pretende exportar para a China. A China pode buscar no Brasil um parceiro, abundante em *commodities*, para abastecer seu mercado interno, além de garantir internamente a estabilidade dos preços dos alimentos.

Uma das principais dificuldades para os avanços encontra-se no campo das negociações sanitárias e fitossanitárias. O processo de habilitação, dos produtos e de empresas exportadoras, é composto de diversas etapas, com exigências técnicas específicas e detalhadas, o que, muitas vezes, dificulta o acesso dos produtos

brasileiros. Paralelamente à preocupação com o abastecimento, a China torna-se um mercado cada dia mais exigente também quanto à inocuidade dos alimentos. A *Food Safety Law* veio em resposta aos consecutivos escândalos de contaminação dos alimentos que estão alardeando a população. A contaminação do leite com melamina e o uso ilegal de clembuterol em suínos são exemplos de episódios que recentemente ganharam destaque na imprensa local.

Este panorama atual do mercado doméstico chinês demandará cada vez mais, dos produtores e exportadores, juntamente com o governo brasileiro, eficiência não só na preservação da qualidade na produção dos alimentos, mas, além disso, na capacidade de demonstrar as garantias de segurança do produto oferecido com transparência e agilidade.

Como resultado da recente visita da presidente Dilma Rousseff e do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, a Pequim, que coincidiu com a reunião dos Brics, em abril de 2011, foi possível avançar, com a autorização dada aos primeiros três estabelecimentos brasileiros para exportarem carne suína para a China e a concordância em acelerar o andamento do registro de novos estabelecimentos brasileiros de carne de aves e de bovinos.

No campo do comércio exterior agrícola do Brasil com a China, podemos esperar, ainda para este ano, resultados concretos. A regulamentação para expor-

tações de milho, a abertura para exportações de folha de tabaco dos Estados da Bahia e de Alagoas, a exportação de embriões e sêmen de bovinos, além de frutas cítricas, são conquistas que podem estar próximas. Para os quatro setores estão previstas, ainda para 2011, visitas de delegações de técnicos chineses ao Brasil para dar continuidade aos processos de habilitação dos produtos, parte fundamental para o acesso ao mercado chinês.

Existe também a expectativa de ocorrerem, ainda este ano, conforme consta no Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010-2014, aprovado em 2010, pelos presidentes Lula e Hu Jintao, duas reuniões: a da Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena e a da Subcomissão de Agricultura. Ambas as subcomissões integram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). Esses encontros das autoridades de elevado nível de ambos os países sempre alavancam avanços no comércio bilateral dos produtos agrícolas.

A impressão que se tem aqui da capital chinesa é que as autoridades do mundo todo estão chegando em caravanas, buscando estreitar os laços com suas contrapartes chinesas. E, nessa corrida de obstáculos, o Brasil deu um grande passo na bem-sucedida visita da senhora presidenta da República à China em abril deste ano. Conviria aproveitar o momento de intensificação dos contatos com o governo chinês para incentivar a realização de importantes encontros e atividades da agenda bilateral.

Ninguém tem dúvidas a respeito da importância da China como destino para os produtos agrícolas brasileiros. A manutenção do acesso a esse grande mercado, a sua ampliação, diversificação e consolidação exigem de nós a capacidade de continuamente identificar as complementaridades, aproveitar as oportunidades e superar os desafios. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não das instituições que representa.

*Médico Veterinário, Fiscal Federal Agropecuário, Adido Agrícola em Pequim

Safrá 2011/12

Novo Plano Agrícola e Pecuário

1. Objetivos

- Expandir de 161,5 milhões para 169,5 milhões de toneladas a produção de grãos, fibras e oleaginosas, de modo a assegurar o abastecimento interno, contribuir para maior regularidade nos preços e ampliar os excedentes exportáveis;
- Estimular a Agricultura de Baixo Carbono (ABC) para o desenvolvimento sustentável do setor, com práticas agrônômicas que mitiguem os gases de efeito estufa;
- Incentivar a recuperação de pastagens, com o aumento da produtividade e a renovação do plantel, de forma a aumentar a oferta de carne bovina;
- Promover a renovação e ampliação das áreas cultivadas com cana-de-açúcar para aumentar a sua produção e dar estabilidade à oferta de etanol;
- Garantir apoio à comercialização para os citricultores;
- Suprir volume adequado de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR);
- Reforçar o apoio ao médio produtor rural;
- Manter e aperfeiçoar os programas específicos de investimento.

2. Crédito rural

Serão destinados R\$ 107,2 bilhões para a agricultura comercial, num aumento de 7,2% em comparação com a safra 2010/11.

Crédito rural (R\$ bilhões)

Financiamento	Safra 10/11	Safra 11/12	Variação %
a) Custeio e comercialização	75,6	80,2*	6,08
Juros controlados	60,7	64,1	5,60
Juros livres	14,9	16,1	8,05
b) Investimento	18,0	20,5	13,89
c) Linhas especiais*	6,4	6,5	1,56
Total	100,0	107,2	7,20

* Compreendem recursos relativos aos programas de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS-BNDES) e de Sustentação do Investimento (PSI-BNDES).

2.1. Medidas de incentivo e estímulo à produção:

- Elevação e unificação dos limites de financiamento para custeio e comercialização, em apenas uma faixa, de R\$ 650 mil (aumentos de até 225%);
- Elevação dos limites para investimento com recursos controlados do crédito rural (depósitos à vista e poupança rural), de R\$ 200 mil para R\$ 300 mil;
- Simplificação das normas do crédito rural para facilitar a aplicação por parte dos agentes financeiros e dar maior agilidade operacional;
- Criação de duas novas linhas de investimento no crédito rural, à taxa fixa de 6,75% ao ano:
 - Pecuária:** financiamento de até R\$ 750 mil para aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e bubalinos, com prazo de pagamento de cinco anos, incluídos até 18 meses de carência;
 - Cana-de-açúcar:** financiamento de até R\$ 1 milhão pelo crédito rural para implantação ou renovação de canaviais, com prazo de pagamento de cinco anos, incluídos até 18 meses de carência.
- Exclusão da exigência do prazo mínimo de dois anos para o investimento com recursos obrigatórios das exigibilidades dos depósitos à vista.

SXC.HU



2.2. Investimento por programa

Programa	Recursos Programados (R\$ milhões)		Limite de Crédito (R\$)	Prazo Máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de Juros (% ao ano)
	BNDDES/Banco do Brasil					
	2010/11	2011/12				
ABC [1]	2.000	PROGRAMA ABC 3.150	1.000	Até 15	Até 8	5,5
Produsa [2]	1.000					
Propfora [3]	150					
Moderinfra [4]	1.000	1.000	1.300	12	3	6,75
Moderagro [5]	850	850	600	10	3	6,75
Prodecoop [6]	2.000	2.000	60.000	12	3	6,75
Procap-Agro [7]	2.000	2.000	50.000	Até 6	2 a 6 meses	6,75
Moderfrota [8]	1.000	1.000	-	Até 8	s/ carência	9,50
Moderfrota/Pronamp [9]	500	500	-	Até 8	s/ carência	7,50
Total BNDDES/BB	10.500	10.500	-	-	-	-
Fundos constitucionais	2.450	2.900	-	-	-	5 a 8,5
Recursos obrigatórios	2.100	4.500				
Pronamp [10]	1.200	1.600				
Outras fontes [11]	1.800	1.000				
Total	18.050	20.500	-	-	-	-

[1] Agricultura de Baixo Carbono, [2] Programa de Estímulo à Produção da Agricultura Sustentável, [3] Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas, [4] Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem, [5] Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais, [6] Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, [7] Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias, [8] e [9] Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, [10] Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, [11] Recursos Livres, Poupança Rural e Recursos Externos

3. Comercialização

Para garantir preços mínimos aos produtores, foi proposto aporte orçamentário de R\$ 5,2 bilhões. Isso permitirá a aplicação dos instrumentos de equalização de preços e a aquisição direta dos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda.

3.1 Preços Mínimos

Diante da relativa estabilidade econômica e do estímulo do mercado internacional, os valores dos preços mínimos foram mantidos para a maior parte dos produtos. Alguns ajustes merecem destaque, como a elevação dos preços do leite, da mandioca e de diversos produtos regionais. O estímulo dado pelos preços de mercado deverá impulsionar o plantio da soja, do milho e do algodão.

Preços mínimos das principais culturas na Safra de Verão

Produtos	Regiões e Estados	Tipo/Classe	Unidade	Preços Mínimos (R\$/unidade)		Vigência
				2010/11	2011/12	
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	Tipo SLM 41.4	15 kg	44,60	44,60	Mar/2012 a Fev/2013
	Norte e Nordeste					Jul/2012 a Jun/2013
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	Tipo 1-58/10	50 kg	25,80	25,80	Fev/2012 a Jan/2013
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR		60 kg	30,96	30,96	
	Norte e MT (exceto BA-Sul)			28,23	28,23	
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	Tipo 2	60 kg	80,00	72,00	Nov/2011 a Out/2012
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)					Jan/2012 a Dez/2012
Milho	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	Único	60 kg	17,46	17,46	Jan/2012 a Dez/2012
	MT e RO			13,98	12,60	
	Norte (exceto RO) e Nordeste			20,10	20,10	Jul/2012 a Jun/2013
Soja	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT), Norte (exceto RO, AM, PA e AC)	-	60 kg	25,11	25,11	Jan/2012 a Dez/2012
	MT, RO, AM, PA e AC				22,87	

3.2 Instrumentos de financiamento privado

Em razão da importância dos recursos envolvidos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) monitora a implementação dos novos títulos com vistas a eventuais aperfeiçoamentos. Dada sua contribuição ao financiamento da

atividade, é do interesse do setor que estes títulos continuem a contribuir para a sua capitalização, provendo a necessária liquidez aos recebíveis por ele emitidos, dando ainda maior flexibilidade de resposta às suas crescentes necessidades de financiamento.

Títulos em aberto em sistemas de registro

Data	CDA-WA		CDCA		LCA		CRA		Total	
	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)
31/12/2005	22	-	25	29	19	30	-	-	66	59
31/12/2009	222	-	478	1.663	4.679	9.516	10	23	5.389	11.202
30/04/2011	194	-	424	1.483	11.790	15.693	27	330	12.435	17.506

Fonte: BMF&Bovespa e Cetip

CDA-WA: Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário – Emitido por armazéns, por solicitação do depositante

CDCA: Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – Emitido por empresa do agronegócio, exceto produtor rural

LCA: Letra de Crédito do Agronegócio – Emitida por instituição financeira

CRA: Certificado de Recebíveis – Emitido por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio

4. Gestão de risco rural

Em 2010, foram publicadas mais de 450 portarias de zoneamentos no Diário Oficial da União, entre janeiro e dezembro. Todas as portarias estão disponíveis ao público no portal do Mapa.

Para o ano de 2011, está prevista a divulgação, pela primeira vez, de estudos de zoneamento para as culturas de aveia, goiaba, manga, melancia, seringueira e sisal, além de todas as outras já divulgadas anualmente. O intuito da expansão dos estudos é proporcionar cada vez mais opções de plantio ao produtor rural nas diversas regiões agrícolas do País.

Culturas contempladas com estudos de zoneamento agrícola de risco climático

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Quantidade	23	35	31	38	44
Variação (%)	-	9	32	21	15

4.1 Monitoramento de risco agrícola

Será iniciado em 2011 o monitoramento do risco das atividades agrícolas para as principais culturas, por meio de cruzamento de informações de zoneamento e clima com as operações de seguro rural privado e do Proagro.

O acompanhamento será estruturado em um sistema único para garantir a agilidade na análise dos dados e permitirá o aperfeiçoamento dos indicadores de zoneamento, bem como o mapeamento das áreas agrícolas seguradas e das perdas ao longo do desenvolvimento das lavouras.

4.2 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

Instituído em 1973, o Proagro tem por objetivo eximir o produtor do cumprimento de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio e indenizar os recursos próprios aplicados no empreendimento, em decorrência de perdas de receitas por eventos climáticos adversos ou, ainda, por pragas e doenças sem métodos de combate, controle ou profilaxia difundidos.

Para aderir ao programa, o produtor deve pagar o adicional do Proagro (taxa de prêmio) e seguir os indicativos do zoneamento divulgados pelo Mapa.

4.3 Comissão Especial de Recursos (CER)

A CER é um órgão colegiado que tem a competência de julgar, em única instância administrativa, os recursos relativos às apurações de prejuízos e respectivas indenizações, interpostos por mutuários contra decisões dos agentes financeiros em operações do Proagro e do Proagro Mais.

Com turmas de julgamento em Brasília (DF), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS), a Comissão julgou 5.180 processos, em 2010. A Secretaria-Executiva e o apoio administrativo da CER são exercidos pelo Departamento de Gestão de Risco Rural, por intermédio da Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário, e contam com representantes dos agricultores, agentes financeiros, de entidades de classe e do governo.

4.4 Seguro rural

O governo federal disponibiliza apoio financeiro ao produtor rural para aquisição de uma apólice de seguro rural. Isso é feito mediante concessão do benefício da subvenção econômica ao

prêmio do seguro rural, representado pelo pagamento de parte do prêmio àqueles que contratarem essa modalidade de garantia.

O benefício é concedido ao produtor rural por intermédio das seguradoras contratadas pelo Mapa para operacionalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A segura-

dora deduz a parcela da subvenção do valor do prêmio correspondente à apólice contratada pelo produtor rural. Para ser beneficiado pelo Programa, o produtor rural não poderá ter nenhum registro de impedimento junto a órgãos do governo federal, tais como dívidas com a União, suas autarquias e empresas de economia mista.

Evolução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Orçamento aprovado (R\$ milhões)	10	61	100	160	272	328
Valores utilizados (R\$ milhões)	2,30	31,10	60,90	157,50	260,00	198,28
Capitais segurados (R\$ milhões)	126,60	2.869,00	2.706,00	7.209,00	9.684,00	6.541,63
Área segurada (milhões de ha)	0,68	1,60	2,20	4,80	6,70	4,79
Produtores atendidos	849	16.653	27.846	43.642	56.306	38.209
Valor médio da subvenção – por produtor (R\$)	2.709,7	1.867,53	2.187,03	3.608,91	4.600,00	5.189,35

Fonte: Deger/SPA/Mapa

Atualmente, o PSR possibilita ao produtor que contratar o seguro rural pagar somente uma parte do prêmio. O benefício, na modalidade agrícola, varia de 40% a 70% do valor do prêmio e está limitado a R\$ 96 mil por produtor em cada ano. Nas modalidades pecuária, florestas e aquicultura, o benefício é de 30% do valor do prêmio, limitado a R\$ 32 mil por produtor em cada ano.

5. Medidas de infraestrutura

5.1. Logística e transporte

Separados por grandes distâncias das regiões produtoras do Centro-Norte, em torno de 84% das exportações de soja e milho saem do País pelos portos de Tubarão (ES), Santos (SP), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS). Apenas 16% do total exportado são escoados pelos portos do Arco Norte

O Mapa trabalha pela consolidação do Corredor Centro-Norte de Exportação, contando com os portos de Itacoatiara (AM), Outeiro, Vila do Conde e Santarém (PA), Itaqui (MA), Salvador e Ilhéus (BA). Em quatro ou cinco anos, esses portos poderão embarcar 40 milhões de toneladas de grãos por ano. Isso reduzirá o custo da movimentação interna e desafogará os portos do Sul e Sudeste para operarem com cargas mais elaboradas, de maior valor agregado.

5.2. Metas e soluções

Importantes trechos da Ferrovia Norte-Sul estão em operação, e estão em andamento os projetos das Ferrovias Leste-Oeste e de Integração do Centro-Oeste, assim como as obras da Ferrovia Transnordestina.

Outras importantes vias para o escoamento da produção – BR-080, BR-242, BR-158, BR-163, que integram o Corredor Centro-Norte de Exportação – também apresentam adiantado estágio de execução, enquanto a BR-364 está com seu processo de adequação estrutural e contornos rodoviários, em centros urbanos, em obras.

Com a inauguração da Eclusa de Tucuruí, o modal hidroviário – importante solução logística para a redução dos custos de movimentação de cargas de baixo valor agregado – incorporou um trecho de 500 quilômetros, ligando as cidades de Marabá e Belém (PA), pelo rio Tocantins, por onde deverá ser escoado um grande volume de grãos agrícolas.

A Hidrovia Tietê-Paraná passa por um processo de modernização da estrutura e ampliação do trecho navegável, devendo atingir uma capacidade operacional de 30 milhões de toneladas/ano em 2.000 km de via navegável. Pelo Rio Madeira são transportados 3,3 milhões de toneladas de soja, para exportação via portos de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA), com boas perspectivas de ampliação desses números.

6. Medidas Setoriais

6.1 Ações para o agronegócio café

O Mapa disponibilizará até R\$ 2,29 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a safra de café em 2011. Desse montante, para as linhas de financiamento previstas na Resolução CMN nº 3.968, deverão ser destinados até R\$ 600 milhões para custeio, R\$ 300 milhões para colheita, R\$ 500 milhões para estocagem e R\$ 500 milhões para o Financiamento para Aquisição de Café (FAC).

Além dessas linhas de crédito tradicionais, os recursos do Fundeagro serão destinados para recuperação das lavouras de café atingidas por chuvas de granizo (até R\$ 40 milhões), financiamento de operações de venda de café em Bolsas de Mercadorias e Futuros (até R\$ 50 milhões) e recomposição de dívidas de cafeicultores vinculadas a essa atividade agrícola (até R\$ 300 milhões).

6.2 Agroenergia

Com a ocupação de espaço crescente na matriz energética nacional, a agroenergia contribui para a sustentabilidade da agricultura brasileira, a geração de emprego e renda no campo e na cidade, a melhoria da qualidade do ar nos grandes centros urbanos e, principalmente, a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, ajudando o País a cumprir as metas voluntárias de redução assumidas em Copenhague (COP15).

Os destaques são a cana-de-açúcar, as florestas plantadas e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

6.3. Coordenação das cadeias produtivas

Atualmente, 25 câmaras setoriais e seis câmaras temáticas estão em atividade, servindo de ponte de relacionamento entre os diferentes elos das cadeias produtivas com o governo.

6.4 Setor frutícola

O limite de crédito para investimento em fruticultura, do Moderagro, aumentou para R\$ 600 mil por produtor. O limite para empreendimento coletivo passou para R\$ 1,2 milhão.

Em relação ao crédito para comercialização o destaque é a laranja, que a partir desta safra também contará com recurso para estocagem de suco, evitando picos de oferta e baixos preços. ■

Luis Carlos Guedes Pinto, ex-ministro da Agricultura e ex-vice-presidente de agronegócio do Banco do Brasil

O recém-lançado Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, sem dúvida, apresenta avanços, entre os quais cabe destacar:

- o aumento do limite de recursos para o financiamento das diversas explorações agropecuárias;
- o aumento do volume de recursos a taxas controladas;
- uma maior atenção à exploração pecuária;
- recursos para a recuperação de pastagens e produção de baixo carbono.

Entretanto, há questões estruturais e de longo prazo, já amplamente discutidas, que continuam sendo postergadas pelo conjunto de órgãos que cuidam da política agrícola brasileira. Entre estas cabe destacar:

- planos plurianuais (com ajustes anuais quando necessários);
- financiamento para a unidade de produção e não por explo-

ração;

- estímulos aos mecanismos de proteção de renda do produtor ("seguro de renda");
- assistência técnica conjugada com o crédito rural para os pequenos e médios produtores;
- estímulos mais efetivos aos programas prioritários (recuperação de áreas degradadas e outros).

Em relação às questões conjunturais, maiores recursos e mais atenção à produção de milho e etanol, e estocagem deste último.

Finalmente, creio que é preciso começar a preparar para o próximo ano (penso que estamos vários anos atrasados), um só plano para agricultura (familiar e empresarial), com a participação do meio ambiente.

João Sampaio, produtor rural e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O Plano Safra, recém-anunciado, tem pontos positivos. Há um bom tempo os produtores rurais brasileiros reivindicavam o aumento nos limites dos recursos a juros controlados. Outra boa notícia foi o limite por produtor e não por cultura; isto poderá trazer maior transparência e confiabilidade ao setor perante o mercado financeiro e, com isso, ampliar as possibilidades de negócios para os produtores. Importante destacar também a linha especial criada para estocagem de etanol e renovação dos canaviais. Espero que isso traga um pouco de tranquilidade e previsi-

bilidade ao nosso importante setor sucroenergético. A linha para a citricultura representou um grande avanço e uma sinalização ao setor de que o diálogo é a mais importante ferramenta para resolução de conflitos. Infelizmente, porém, há que se constatar que os recursos destinados ao seguro rural ficaram aquém dos necessários, e que os recursos para o programa de Agricultura de Baixo Carbono continuarão de difícil acesso. No geral, acho que o Plano Safra teve mais pontos positivos que negativos, mas ainda há muito a avançar.

Mercado de etanol

ANP propõe marco regulatório

Plínio Mário Nastari*

NO DIA 10 de junho, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou algumas propostas de resolução para a regulamentação do mercado de etanol. Através de duas minutas, as propostas estiveram sob consulta pública até o dia 1º de julho, data em que seria promovida uma audiência pública para discutir estas propostas.

Regra geral, consideramos que as duas resoluções são positivas e devem contribuir para reduzir o volume de etanol que é comercializado no mercado à vista, modalidade predominante desde a liberação da comercialização de etanol em fevereiro de 1999, estimulando a comercialização estruturada em contratos.

Desta forma, haverá uma maior estabi-

lidade no fornecimento e uma menor oscilação de preços nos períodos de safra e entressafra. É esperado também que haja uma maior procura pelo uso do contrato futuro de etanol, com o objetivo de realizar *hedge* sobre os contratos de aquisição prévia, tanto pelas partes compradoras quanto as vendedoras.

A indicação de que a ANP entende a importância de estruturar a comercialização de etanol através de contratos é reflexo da MP 532, que transferiu algumas atribuições para esta agência. Desta forma, a ANP estende alguns dos instrumentos de regulação já aplicados à gasolina para a comercialização do etanol.

Cabe ressaltar, entretanto, que a obrigatoriedade de que tanto produtores quanto

distribuidoras devem manter estoques de etanol anidro representa uma transferência da atribuição legal que hoje reside sobre o governo. Segundo a Lei 8.176/91, regulamentada pelo Decreto 238/91, é função do governo a manutenção de estoque estratégico de combustíveis, inclusive álcool, o que não vem ocorrendo desde que foi aprovada esta legislação. Até 1989, havia estoque estratégico de álcool, equivalente a dois meses de consumo, mantido pelo governo.

Na proposta apresentada pela ANP, os produtores passam a ser obrigados a manter em estoque em 1º de março de cada ano o equivalente a um mês de consumo (aproximadamente 1/12 de sua produção anual), e as distribuidoras a manter em

Sobre as minutas das propostas da ANP para a regulamentação do mercado de etanol

Abaixo, pontuamos os principais destaques da primeira minuta apresentada pela agência:

- As usinas produtoras de etanol passarão a ser obrigadas a manter, em 1º de março de cada ano, um estoque mínimo de anidro equivalente a 8% de sua produção de etanol anidro no período de abril a fevereiro;
- Além das usinas, as distribuidoras também serão obrigadas a manter estoques mínimos de anidro correspondentes a 15 dias de sua comercialização média de gasolina C [gasolina contendo etanol anidro em mistura] referente ao período de novembro a janeiro;
- A aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor deverá ser feita sob regime de compra direta ou contrato de fornecimento com o fornecedor desse produto;
- Quando da aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de compra direta com o fornecedor, o distribuidor deverá encaminhar à ANP, até o dia 20 de cada mês, a relação de notas fiscais de compra de etanol anidro, para a comercialização de gasolina C no mês subsequente, por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado no endereço eletrônico da ANP, www.anp.gov.br;

- Quando da aquisição de etanol anidro combustível sob o regime de contrato de fornecimento com o fornecedor, o distribuidor deverá protocolar na ANP cópia autenticada do extrato de contrato, até 1º de março de cada ano, com vistas à prévia homologação, constando o volume anual de etanol anidro combustível contratado, por fornecedor de etanol, e a vigência do contrato;
- O contrato poderá ser firmado pela matriz de fornecedor autorizado pela ANP e deverá ter vigência mínima periódica de um ano, fixada entre 1º de abril do ano vigente e 31 de março do ano subsequente;
- Nos casos de contratos com vigência superior a um ano, deverá ser protocolizada na ANP, anualmente, cópia autenticada do extrato do contrato;
- O produtor de gasolina A não poderá dar início ao fornecimento desse produto antes da anuência da ANP referente à aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor, sob os regimes de contrato de fornecimento ou de compra direta com o fornecedor.

Já a segunda minuta propõe uma alteração da Portaria da ANP nº 29, de 10/02/2009, estabelecendo sistemática para o cadastramento do fornecedor, assim como a comercialização e o envio de dados para a ANP.

estoque o equivalente a 15 dias do consumo de etanol correspondente às vendas de gasolina C.

Embora a legislação atual defina que este papel deve ser desempenhado pelo governo, e não pelo setor privado, o princípio que norteia esta medida é o da equidade. Na prática, atualmente, este estoque acaba sendo mantido por poucos produtores, geralmente mais capitalizados e capazes de manter estoques até o final da entressafra.

A grande questão será como fiscalizar o cumprimento desta medida. As resoluções da ANP não esclarecem como se pretende operar esta fiscalização e exigir que o volume determinado seja efetivamente cumprido e nem qual a punição pelo seu descumprimento. Todavia, a ANP passa a ter o poder de praticamente suspender a vida normal de qualquer empresa, pro-

duzindo ou distribuidora, ao não conceder autorização para emissão de notas fiscais.

Outro elemento importante a ser registrado é a forte indução na direção da contratação do etanol anidro misturado à gasolina, ao indicar que o fornecedor de gasolina A (gasolina pura, sem adição de etanol – e neste caso, trata-se da Petrobras), não poderá dar início ao fornecimento desse produto às distribuidoras antes da anuência da ANP referente à aquisição de etanol anidro combustível pelo distribuidor, sob os regimes de contrato de fornecimento ou de compra direta com o fornecedor.

Estes instrumentos ainda precisarão ser confirmados como resoluções definitivas da ANP, mas indicam uma clara mudança na forma com que o governo vinha tratando a comercialização de etanol, desde a liberação completa ocorrida em

fevereiro de 1999. Há a clara indicação de que o etanol deverá passar a receber um tratamento mais rigoroso, e com regras mais organizadas e previsíveis por todos os agentes econômicos envolvidos no processo.

A determinação de que deverá haver um estoque de anidro equivalente a um mês de consumo em 1º de março de cada ano, caso seja implementada, também traz implicações para o mercado de açúcar, pois indica que será preciso aumentar a produção de etanol além do volume necessário para atender ao mercado nos 12 meses normais de safra. Esta determinação vai ter implicações para o mix de produção açúcar e etanol e para os preços relativos dos produtos derivados da cana. ■

* Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

O cooperativismo investe em oportunidades. E a OCB investe no cooperativismo.



De janeiro a maio, as cooperativas brasileiras bateram um novo recorde em exportações: 2,16 bilhões de dólares. Este é apenas um dos dados que deixam clara a importância do cooperativismo para a economia do país. E para promover um movimento de números tão expressivos existe a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A instituição desenvolve estratégias de inteligência comercial para aprimorar e criar oportunidades de negócio para o setor. Assim, as cooperativas podem gerar mais desenvolvimento para um Brasil cada vez mais forte.



Organização das Cooperativas Brasileiras

www.brasilcooperativo.coop.br



SXC.HU

ESTRATÉGIA

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA AGRONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO ENALTECEM A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS

A presença de profissionais da área da Agronomia em empresas, cooperativas e quadros técnicos de órgãos públicos é importante para garantir qualidade e produtividade nos serviços prestados e na realização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos municípios e da qualidade de vida da população.

Para o engenheiro agrônomo Erikson Camargo Chandoha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e ex-secretário de Estado da Agricultura do Paraná em 2010, o ator mais importante no processo produtivo é o responsável técnico. “A importância desses profissionais é tão grande e tão necessária a participação no processo agrícola, que se torna estratégica para a preparação do Brasil para ser o maior produtor de alimentos do mundo.”

A mesma importância dos profissionais é ressaltada pelo presidente do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), eng. agr. Florindo Dalberto, que possui grande número de profissionais da área tecnológica em seu quadro. “O Iapar terá de se reinventar para assumir o papel de articulador entre as redes de agronegócio paranaense. E dentro de nosso conceito ‘inovação com sus-

tentabilidade’ o papel do profissional da agronomia é indispensável”, diz.

Na área do desenvolvimento, a reafirmação da importância dos profissionais é feita também pelo secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, técnico agrícola e economista. “Nossa equipe é formada basicamente por profissionais do setor que são a mola mestra de nossa economia. Temos o apoio de entidades que representam agricultores, trabalhadores rurais, agroindústrias e movimentos sociais”, diz.

Para o presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (Crea-PR), eng. agr. Álvaro Cabrini Jr., as profissões são outorgas públicas, que devem ser exercidas em retribuição e pelo bem de todos. A aplicação do



Presidente do Crea-PR, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Jr.

conhecimento técnico adquirido, através da responsabilidade social, deve retornar à população traduzida em crescimento, desenvolvimento humano, ambiental, social e econômico – premissas do desenvolvimento social. Essas mudanças são inerentes ao processo evolutivo do homem, e os profissionais da Engenharia e Agronomia são agentes promotores e têm a responsabilidade moral e ética de assumir o papel de instrumentos de mudança da sociedade. “Desta forma, aliando o conhecimento técnico adquirido à identificação e adequada leitura das demandas e gargalos do Estado, podemos contribuir efetiva e eficazmente para a melhoria da qualidade de vida e a construção de um Brasil melhor para todos”, finaliza Cabrini.

Valorização – O trabalho do Crea-PR e de entidades de classe que reúnem profissionais da Engenharia e Agronomia é cons-

tante. Recentemente, os secretários de Estado paranaenses de áreas afins ao Sistema Confea/Crea receberam um diagnóstico da situação atual dos quadros técnicos e da necessidade de recomposição de vagas e valorização dos profissionais na ativa.

Em entrevista à *Revista CREAPR*, o governador Beto Richa disse que é preciso valorizar os quadros técnicos. “É impossível fazer um bom governo sem contar com servidores valorizados, qualificados e em número adequado para atender às necessidades do Estado na prestação de bons serviços. Em nosso governo, vamos solucionar, depois de um meticuloso exame na Secretaria de Estado da Administração, a redução de custos, a recomposição das finanças, de forma a garantir a recuperação da capacidade de investimento do Estado e melhoria da remuneração aos profissionais.”

PARCERIAS

CREA-PR FORTALECE AGRONOMIA PARANAENSE EM AÇÕES COM SECRETARIA DA AGRICULTURA

CAPACITAÇÕES PARA CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM (CFO) E SISTEMA SIAGRO SÃO ALGUNS DOS EXEMPLOS

O Crea-PR busca, por meio de parcerias, viabilizar e potencializar a abrangência de programas considerados fundamentais para o desenvolvimento e para o fortalecimento das profissões das áreas tecnológicas. Na área da agronomia, merecem destaque dois convênios que o Conselho possui com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

O primeiro visa à capacitação dos profissionais ligados à agronomia para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO). O CFO é um certificado que atesta que o produto está livre de pragas. Com a capacitação, o profissional tem cadastro na Seab e possibilidade do exercício dessa atividade. As lavouras acompanhadas terão seu produto certificado com validade de 30 dias. Ultrapassado esse período, haverá necessidade de novo certificado. “Com o CFO, o produto obtém a permissão de trânsito vegetal para que possa sair do Paraná”, afirma Paulo Paiva, engenheiro agrônomo da Seab de Cornélio Procopio. Por meio do convênio, foram realizados cursos em todo o Estado.

O Crea-PR também é parceiro, juntamente com a Seab, no Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxico no Estado do Paraná (Siagro), implantado pelo governo do Estado. O Siagro visa ao monitoramento do comércio e uso de agrotóxico no Estado, pelo Decreto 6.107, de 19 de janeiro de 2010, que tornou obrigatório que toda recomendação e venda

de agrotóxico seja informada ao Estado. Este sistema é utilizado pelos comerciantes de agrotóxicos, profissionais da área de agronomia e pelos fiscais da Seab e do Crea-PR.

O Siagro compõe um banco de dados para o desenvolvimento de políticas públicas na área, além de possibilitar o monitoramento eficaz da recomendação, do comércio e do uso de agrotóxicos. Todos os anos são emitidas no Paraná cerca de três milhões de receitas agronômicas, o equivalente ao uso de 80 mil toneladas de agrotóxicos. A emissão eletrônica concede agilidade às análises gerenciais desses dados.

A utilização do sistema pelos profissionais é opcional, ou seja, para emissão de Receituários Agronômicos, poderá utilizar tanto o sistema Siagro quanto outro de sua preferência, e, neste caso, os dados das receitas são enviados semanalmente para o Siagro. Para os comerciantes, a utilização é obrigatória. Além do cadastro da venda, o comerciante tem a responsabilidade do cadastro da receita caso ela não estiver no sistema.

O superintendente do Crea-PR, engenheiro agrônomo Celso Roberto Ritter, vê de forma bastante positiva o Sistema. Na sua opinião, a modernização do sistema por meio da aplicação de tecnologia dará mais agilidade ao trabalho e acesso aos dados. “Os maiores beneficiários são os profissionais e a sociedade, que passam a contar com um sistema seguro, eficaz e ágil na prescrição e no uso de agrotóxicos”, salienta Ritter.

REFERÊNCIA

MANUAL TRAZ ORIENTAÇÃO SOBRE RECEITUÁRIO AGRONÔMICO

DIVERSOS PÚBLICOS SÃO INFORMADOS

Desenvolvido de forma pioneira e hoje referência em todo o Brasil, o *Manual de Orientação sobre Receituário Agrônomo - Uso e Comércio de Agrotóxicos* é resultado do trabalho de representantes de entidades ligadas à Agronomia no Paraná, que integram o GT Agrotóxico do Crea-PR. A iniciativa de criar uma publicação nasceu da necessidade de se ampliar a orientação dos diferentes públicos envolvidos com aplicação do agrotóxico – desde o governo, passando pela indústria, os profissionais da Agronomia, o agricultor e os comerciantes. "O uso do agrotóxico é uma prática que objetiva a eliminação de pragas e doenças e garante a produtividade, mas é imprescindível que sua prescrição seja feita por profissionais habilitados e ligados ao Sistema Confea/Crea e que o seu uso seja controlado", diz o engenheiro agrônomo Dionísio Luiz Pisa Gazziero, pesquisador da Embrapa que coordenou o trabalho do GT enquanto conselheiro do Crea-PR.

O receituário agrônomo prevê o uso racional de agrotóxicos através da boa orientação na prescrição da receita. Além dos princípios básicos e das orientações sobre a correta prescrição de receitas, são descritas no manual as principais práticas que visam evitar as infrações a que estão sujeitos os emitentes, usuários e comerciantes.

A publicação pode ser conferida no site do Crea em www.crea-pr.org.br, [link](#) Publicações.

Integram a equipe realizadora do manual a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, de Francisco Beltrão e de Cornélio Procopio, a Embrapa, a Associação Paranaense de Planejamento Agropecuário (Apepa), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, a Câmara Especializada de Agronomia do Crea-PR, a Associação Norte Paranaense de Revendedores Agroquímicos (Anpara), a Emater, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Mapa e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).



Manual sobre receituário agrônomo orienta profissionais da agronomia

LOGÍSTICA

PARANÁ PRECISA INVESTIR EM INFRAESTRUTURA PARA CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO

OBRAS EM ESTRADAS, PORTOS E ARMAZENAGEM SÃO ESSENCIAIS

O Paraná apresenta sucessivos recordes na safra agrícola. Na safra 2009/2010, o Estado obteve diversos ganhos de produtividade nas lavouras de milho e soja, que são as principais cultivadas no Paraná. O bom desempenho, segundo avaliação do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, é resultado de fatores como a disposição dos produtores em atender à produção dos alimentos, o clima e a aplicação correta das tecnologias.

Apesar dos resultados positivos, o Estado esbarra em questões como a falta de espaço para armazenagem correta dos produtos

e investimentos nos modais de transporte para continuar crescendo no setor agrícola.

Segundo a Federação da Agricultura do Paraná (Faep), o Estado tem a maior rede de armazenagem do País, com capacidade estática de 25,5 milhões de toneladas, mas boa parte destes armazéns não tem qualidade suficiente para receber determinados tipos de produtos. Levando isso em consideração, a Companhia Nacional de Abastecimento no Paraná (Conab), avalia que a capacidade de armazenagem cai para 20,8 milhões de toneladas, considerada insuficiente para abrigar a produção do Estado.

“É preciso que se invista de maneira urgente e efetiva nos modais de transporte e na ampliação de espaços de armazenagem para que o Paraná consiga dar saltos cada vez maiores na questão agrícola e continue sendo destaque na produção de alimentos”, afirma o presidente do Crea-PR, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Jr.

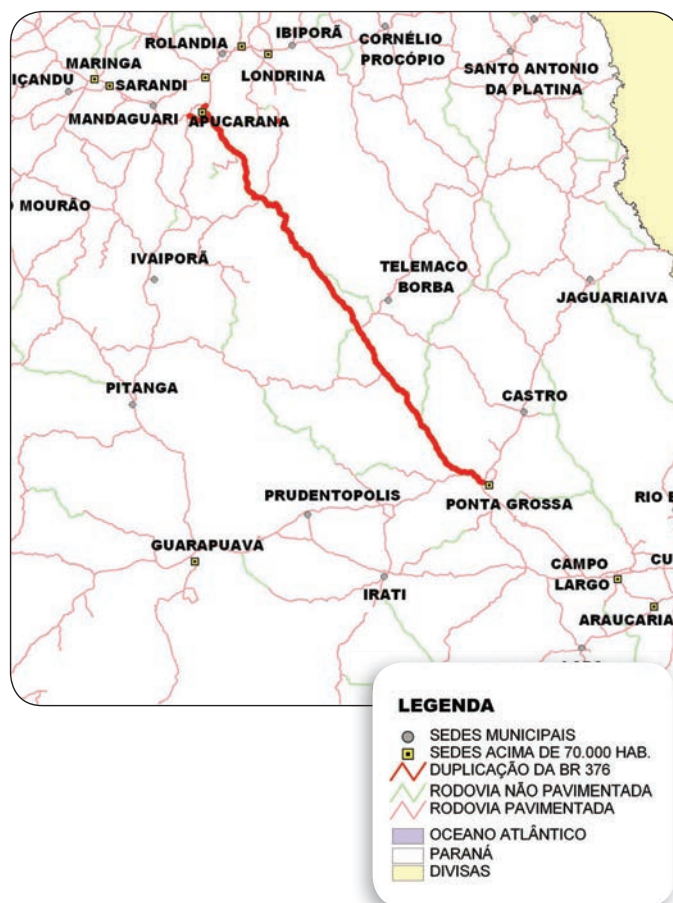
Para a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a con-

tribuição do Crea e de seus profissionais é fundamental para o planejamento dos projetos que envolvem grande infraestrutura e serão efetuados no Paraná. “Precisamos do olhar daqueles que executam este trabalho diariamente para que possamos estabelecer o melhor método de realizá-lo. Pretendo estar sempre próxima da entidade e buscar orientação dos profissionais”, diz.

PELT 2020 TRAZ OBRAS NECESSÁRIAS NOS DIFERENTES MODAIS

O Crea-PR, em parceria com a Fiep-PR, o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado do Paraná (Sicepot - PR) e o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), lançou, no ano passado, o Plano Estadual de Logística e Transporte para o Estado do Paraná (Pelt 2020). Trata-se de um diagnóstico completo

da infraestrutura e logística no Paraná nos setores de rodovias, ferrovias, portos e rios navegáveis, aeroportos e regiões metropolitanas, cujo planejamento deve buscar ações imediatas para solucionar as deficiências nos modais de transporte. Confira as principais intervenções na arte abaixo.



Pelt 2020 trata dos diversos modais

"A integração com entidades que contam com profissionais com *expertise* em produção, circulação de produtos e obras dá à sociedade o aval técnico para os projetos necessários, e os dirigentes públicos e privados cumprirão o papel de agentes indutores do desenvolvimento", diz o consultor em logística da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), engenheiro civil Mário Stamm Jr., que coordenou os trabalhos do Pelt 2020.

AGRONOMIA PÚBLICA VALORIZA PROFISSIONAIS NO CAMPO

CAMPO FÁCIL POSSIBILITA ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA A PEQUENOS PRODUTORES

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (Crea-PR) desenvolve diversos programas e parcerias visando ressaltar a importância dos profissionais das áreas agrárias para o desenvolvimento do Estado e buscando ações que visam à melhoria da qualidade de vida no campo.

Neste sentido, o Conselho vem desenvolvendo, desde sua fundação, há 77 anos, uma gestão voltada ao fortalecimento das profissões das áreas tecnológicas. Uma das ações é a agronomia pública. O programa Campo Fácil, criado em 1998 e que firmou o seu primeiro convênio com a Prefeitura de Cascavel, tem como objetivos o desenvolvimento e o aumento da produção rural. O programa prevê a assistência técnica gratuita, informação e orientação ao pequeno produtor rural.

Em Cascavel, o programa é realizado em parceria com a Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel (Areac) e, na região, atende a mais de



Fruticultura em área com assistência do Campo Fácil



Plantação de olerícolas em área com assistência do Campo Fácil

500 pequenos produtores rurais. Segundo estimativas, na última safra, o programa foi responsável pela aplicação de R\$ 3,7 milhões na economia do município.

Para o presidente do Crea-PR, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Jr., tão importante como prestar assistência técnica gratuita, visando ao desenvolvimento rural, é a participação efetiva dos profissionais nos serviços técnicos da área. “É responsabilidade do Crea fiscalizar para que haja a participação do profissional, salvaguardando, desta forma, a sociedade de danos que possam vir a ocorrer”, explica.

Segundo ele, ao participar de um empreendimento agropecuário, o profissional habilitado assume responsabilidade técnica perante o produtor e a sociedade pela boa e sustentável utilização dos recursos naturais para a produção agropecuária. Ele cita a importância de verificar o uso adequado de defensivos agrícolas, quando necessários, o tipo de adubação e a procedência da água da irrigação ou uso racional do solo, por exemplo.

QUALIDADE

CREA-PR DESENVOLVE PROGRAMA PARA CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO É BUSCAR EXCELÊNCIA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Lançado recentemente pelo Crea-PR, curso busca a certificação da excelência em licenciamento ambiental para profissionais aptos em exercerem a atividade. O curso faz parte do Programa de Excelência do Conselho, iniciado em 2009, e encontra-se na primeira etapa, com a primeira turma com 350 participantes em andamento. No curso, composto de cinco módulos, os alunos recebem orientação sobre o exercício profissional com excelência, conceitos sobre licenciamento, legislação, modalidades de licenciamento e outros temas.

O Programa de Excelência tem em seu leque de opções ainda os cursos e a certificação nas áreas de Projetos, Execução e Manutenção de Edificações. Já são dez os profissionais certificados no Paraná. “Esta foi uma grande experiência, e conquistar o selo é a forma mais valiosa do reconhecimento profissional. Agora, a minha responsabilidade aumenta, assim como a qualidade dos meus trabalhos”, afirma o arquiteto e urbanista Leonardo Britici, um dos certificados. Para o engenheiro civil Altair Ferri, também certificado, o selo representa segurança. “Passarei ao cliente

ainda mais segurança, com garantia de um trabalho padronizado e com qualidade.”

Para participar, o interessado deve cursar as disciplinas oferecidas pelo Programa. Em seguida, é preciso desenvolver um projeto real, que será avaliado e que, se aprovado, possibilita ao profissional integrar o rol de profissionais detentores do Selo de Excelência, diferenciando-se no mercado de trabalho.

As instituições certificadoras do programa são o Campus de Campo Mourão, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a Pontifícia Universidade Católica (PUCPR) e o Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage).



SXC.HU

DESENVOLVIMENTO

CREA E ENTIDADES DESENVOLVEM ESTUDOS BÁSICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO SÃO ALGUNS DOS TEMAS EM ESTUDO

O Crea-PR desenvolve, desde 2009, o programa Agenda Parlamentar. Este ano, o programa está sendo ampliado e terá um grande produto: os Estudos Básicos de Desenvolvimento Regional (EBDR), diagnósticos para elaboração de políticas públicas. Vários contemplam a questão da agronomia e do meio ambiente – como exemplo, está o saneamento básico, elencado pelas regiões de Ivaiporã, Cascavel, Foz do Iguaçu, Medianeira, Curitiba, Paranavaí, Umuarama, Cianorte e Ponta Grossa. Existem ainda EBDRs sendo elaborados para resíduos sólidos, drenagem urbana, além de agricultura de baixo carbono e programa de desenvolvimento agrário. Todos os Estudos, depois de prontos,

serão entregues aos gestores para auxiliarem na implantação das propostas.

Divulgação - Para divulgar o resultado do programa e discutir propostas, o Crea-PR criou o *blog* Paraná em Debate (www.paranaemdebate.com.br) que reúne matérias e informações, além das datas dos encontros e acompanhamento da implantação das propostas. Em vista da aceitação que o *blog* obteve por parte da comunidade, o Crea-PR passou a gerenciar informações para outras mídias sociais, como o Twitter, que é atualizado com sínteses das notícias postadas no *site* institucional e no próprio *blog* (twitter.com/paranaemdebate).



FOTOS: LUIZ ALONSO

21º Fórum ABAG

CÓDIGO FLORESTAL: O QUE É BOM PARA O BRASIL?

PRÓXIMOS PASSOS

Carlo Lovatelli*

Primeiramente, fugindo um pouco dos nossos procedimentos normais, queremos deixar em público o orgulho da Abag pela nomeação da sua diretora, Mônica Bergamaschi, como Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado São Paulo, que reúne capacidade e talento para prestar grandes serviços ao Estado e ao nosso país.

Este fórum, certamente, tentará esclarecer algumas dúvidas sobre o Código Florestal (CF), depois da sua aprovação na Câmara dos Deputados. O plenário repleto é a prova mais evidente da demanda por mais informações.

Estamos aqui muito mais para ouvir do que para falar. Concordamos com a política ambiental que o País tenta empreender. Podemos ter opiniões divergentes, em pequenos detalhes, mas a convergência pela imagem do Brasil e pela saúde do nosso planeta é absoluta, é uma questão de detalhes e *timing*. Essa é



a posição da Abag. Ninguém aqui é a favor do desmatamento.

Depois de mais de dois anos de audiências públicas, viagens, discussões e debates, repentinamente, junto com a aprovação do Código, apareceu a Emenda 164. A matéria vai para o Senado e a sanção presidencial, se não houver nenhum retrabalho da matéria. Temos um prazo exíguo para aprovação no Senado. A presidente Dilma prorrogou por seis meses a moratória assinada pelo ex-ministro Carlos Minc e pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2008, renovada por meio do Decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009. Caso contrário, a partir de 11 de junho, passaria a vigorar a Lei 6.514, de 22 de julho de 2008 sobre crimes ambientais.

O Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados será submetido ao Senado: os relatores serão Luiz Henrique (PMDB-SC) na Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Agricultura, e Jorge Viana (PT-AC) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cujo texto vai para votação. Depois, o relatório volta para avaliação na Câmara e segue para sanção presidencial.

Temos, portanto, uma caminhada de muito trabalho nos próximos meses. A Abag acompanhará de perto todos os passos.

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Virgílio Viana*

Sou um ambientalista pragmático e de resultados. Parto da visão que ninguém desmata pelo fato de ser ignorante e estúpido. Temos uma equação econômica para ser resolvida. O CF aprovado pela Câmara terá um debate de qualidade no Senado e depois a manifestação da Presidência da República.

Não quero acirrar a posição de ambientalistas *versus* ruralistas. Sofremos uma grande derrota. Primeiro lugar, reforçamos um conceito equivocado que a mata é ruim. Quando digo que o quintal está cheio de mato, passo a ideia de dono de casa relapso. Se disser que o quintal não tem mato, passo a ideia de bom jardineiro. Essa ideia que mato é ruim está subjacente ao pensamento brasileiro. E isso é errado. No Brasil, as políticas, de crédito e fundiária, estão alicerçadas nesse paradigma equivocado. O debate do CF acirrou isso.

Cientificamente, o mato é essencial para a sustentabilidade da agricultura. A nascente, o córrego, o arroio e o igarapé secam sem mato ao redor. Sem água, não se irriga. Essa polarização deixa a ideia que acabar com a floresta é bom. A fala do Lovatelli reforça que do ponto de vista estratégico não é essa a visão do setor. Mas é isso que passou no debate.

A segunda derrota foi a não construção de um consenso em torno de uma visão de interesse nacional. Houve muita polarização e emoção nas discussões. O agronegócio tem dificuldades de acesso a mercados. Quanto mais a soja brasileira ou a carne brasileira passarem a imagem de ser um fator de desmatamento, mais dificuldades terão no mercado internacional.

O terceiro perdedor é o segmento ambiental. A ideia de anistia passa uma mensagem subliminar: “Se você é ilegal, espere um pouco, pois amanhã você pode ser anistiado”. Como foi anistiado dessa vez, por que não será no futuro? Haverá outra lei. Isso é um desincentivo à conformidade da lei.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados peca em reproduzir a velha política ambiental fracassada na América Latina. É uma ênfase nos instrumentos de comando e controle. Não funciona fazer a regra, multar e punir. Precisamos de instrumentos econômicos. Se o cidadão está ilegal e terá de fazer 30 metros de mata ciliar, quem irá levá-lo a fazer? O agricultor precisa receber por serviços ambientais. Isso já acontece no Brasil, mas em escala pequena. Na Costa Rica, onde isso existe há 18 anos, a cobertura vegetal passou de 10% para 40%.

Existem avanços nessa questão de topo de morro, em áreas de agriculturas consolidadas do Centro-Sul do Brasil. O Senado tem condições de fazer um debate de melhor qualidade, do pon-



to de vista de solidez científica e técnica.

O principal desafio do século XXI é a mudança do clima. O desmatamento responde por 12% a 20% das emissões de gases efeito de estufa. No Brasil, os jatos de baixa altitude (*low level jets*) trazem a umidade da Amazônia para o Centro-Sul do Brasil e a região da Bacia do Prata. Só do ciclo hidrológico, as florestas trazem muitos benefícios. Precisamos repensar esse paradigma do mato. O tempo em que se aprendia como melhor desmatar e usar o correntão passou.

Em 2009, fizemos uma apresentação ao presidente da República, a ministros e governadores. A mensagem foi simples: o Brasil precisa mudar nas negociações internacionais sobre as mudanças do clima. É pouco inteligente desmatar a Amazônia do ponto de vista do interesse nacional. Se essa bomba parar, o agronegócio não produz. As plantas crescem com base em luz, água e nutriente. Se não tiver água, não dá certo. Quase 70% da energia elétrica brasileira são uma geração baseada em hidroeletricidade. As nascentes e os rios dependem das matas e das chuvas da Amazônia. Também 70% das cidades brasileiras usam água superficial para seu abastecimento.

Existe uma grande batalha para vencer os velhos paradigmas. Perdemos com essa ideia que o mato é ruim. O agronegócio brasileiro será visto internacionalmente como um vilão, independentemente de ser ou não ser. Lá fora, a primeira pergunta para os brasileiros é: “Por que vocês desmatam tudo? Aí, gastam-se horas para dizer que não é, mas as pessoas não saem convencidas.

Vamos pensar com vanguarda: fazer do agronegócio um amigo da floresta, com a valoração econômica dos serviços ambientais. Ou seja, criar um mecanismo tributário que vincule a receita da cadeia produtiva para a formação de um fundo de pagamento por serviços ambientais. Com isso, poderemos aumentar a cobertura florestal brasileira, mudar o paradigma que mato é ruim e fazer com que o agronegócio seja visto como algo do bem nas negociações internacionais.

* Superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável

INICIATIVAS AMBIENTAIS

Ricardo Alioli*

Meu pai era produtor rural e engenheiro agrônomo. Foi colega de José Lutzenberger, um dos primeiros ambientalistas de resultados no Brasil. Nos anos oitenta, na corrida para o Centro-Oeste, saímos de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, chegamos a Campo Novo do Parecis, em Mato



Grosso, onde compramos uma área bruta de Cerrado. Havia apenas um posto de gasolina e um armazém da Matosul. Por isso, fomos morar em Tangará da Serra.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja/MT) é contra o desmatamento ilegal, mas parece que o governo não tem controle. Em Mato Grosso, temos a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), com o Programa MT Legal, cujo objetivo é promover a regularização fundiária e ambiental das propriedades e das posses rurais localizadas no Estado. O Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), responsável pela emissão da certidão de legitimidade de origem, assim como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) possuem muita dificuldade para controlar os dados das propriedades rurais. Isso é um grande problema.

Essa questão do desmatamento tem causa e efeito. Na Europa, as pessoas continuam a comer carne e perguntam por que o Brasil desmata. Não conheci um produtor que tenha o simples prazer de passar um correntão e tocar fogo na área desmatada.

Acho o Código Florestal brasileiro a maior vitória ambiental do mundo. Nenhum outro país resolveu, por lei, proteger mais de 50% do seu território. Estamos apostando na economia da proteção ambiental. Na propriedade da família, temos 600 hectares de Reserva Legal, correspondentes a 20% da área total. Isso representa um investimento de R\$ 1,8 milhão, a tomar por base o preço da terra na região. Uma hora terá de valer alguma coisa.

Até cinco anos atrás, existia a chamada função social da propriedade: se não abrir a propriedade, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vai invadir. Deixar a Reserva Legal (RL) e a Área de Preservação Permanente (APP) não era função social. Agora, parece que é.

Em Mato Grosso, para valorizar os ativos ambientais, fundamos a Oscip Instituto Ação Verde, com sete mantenedores: a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), a Aprosoja, o Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (Cipem), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), o Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso (Sincremat) e o Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool/MT).

Então, em 2007, montamos o projeto Verde Rio, com a missão de recuperar as matas ciliares dos principais rios do Estado até 2020, com o envolvimento da população ribeirinha.

O Ministério Público flexibiliza a interpretação legal, mas em troca exige o plano de recuperação em conjunto com a Sema. O ribeirinho assina um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Esse projeto foi escolhido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como um dos 22 projetos mundiais com maior potencial para reduzir o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa.

Dentro do conceito de neutralização das emissões de carbono, fazemos o Inventário das Emissões, com o cálculo das emissões anuais de empresas e o número de árvores para sequestrar o carbono emitido. A compensação ocorre no Projeto Verde Rio, que recebe o selo de sustentabilidade Floresta Viva.

Como Cuiabá foi escolhida como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol, montamos no Instituto Verde o projeto Adesão da Agecopa, construindo a Copa do Pantanal. Vamos neutralizar as emissões de carbono da Copa do Mundo no Estado, tendo sido feita a adesão ao termo de Cooperação Técnica. Neutralizaremos as emissões da construção da Arena Pantanal, estimadas em 711 mil toneladas de carbono equivalente. Plantaremos 1,4 milhão de árvores e recuperaremos mil hectares de áreas degradadas, com benefícios para três mil famílias de ribeirinhos.

Cada projeto é mensurável, relatável e verificável. A área plantada terá um *chip* eletrônico com as seguintes informações: coordenadas da área do plantio, a data do plantio, as espécies plantadas, o número de indivíduos por espécie e o monitoramento anual do crescimento. O monitoramento da área será feito pela internet.

É uma grande oportunidade para as empresas. Estamos conversando com grandes frigoríficos. Existem os produtores que são seus fornecedores, com as RLs e APPs. Esses investimentos ambientais receberão selos. O consumidor compra a carne de Mato Grosso, porque o pecuarista possui área de proteção ambiental na sua propriedade. As pessoas devem mostrar isso para o europeu, sem dizer que, quando se come um Chicken McNuggets, está ajudando a desmatar a Amazônia.

* Diretor administrativo da Aprosoja

CAMINHO DEMOCRÁTICO

Duarte Nogueira*

Tivemos a aprovação do CF no Plenário da Câmara dos Deputados por 410 votos a 63. É um assunto debatido desde a publicação da Medida Provisória 2.166/67, em 24 de agosto de 2001, que foi reeditada mais de 80 vezes. Como naquela época não perdiam a eficácia depois dos 120 dias de tramitação no Congresso, as Medidas Provisórias sequer foram votadas.

Somente em 22 de julho de 2008 o governo federal publicou a Lei 6.514, que regulamentou essa Medida Provisória. Sem averbação das reservas legais dispostas pela lei, milhares de produtores foram colocados na ilegalidade. Em razão da incapacidade





de ser cumprida, a sua entrada em vigor foi prorrogada para o dia 11 de junho deste ano.

Na Câmara dos Deputados, foi montada a Comissão Especial do CF, da qual fazem parte os deputados Aldo Rebelo e Moacir Micheletto, respectivamente, relator e presidente. Depois de analisar 11 projetos apensados ao projeto do deputado Sérgio Carvalho, a Comissão Especial, em 6 de julho de 2010, produziu o seu parecer que, na verdade, é a estrutura do Destaque 186, votado na Câmara.

Tivemos uma intensa participação da sociedade, com mais de 60 audiências em 20 Estados brasileiros, em diversas etapas, desse período, anteriores a sua aprovação. Foram ouvidos e considerados os agentes interessados em participar. Na reta final, ex-ministros do Meio Ambiente produziram um documento que deveriam ter feito nas audiências públicas.

A Câmara, com as suas idiossincrasias, cumpriu o papel democrático de ouvir a sociedade e, na falta da convergência e do consenso absoluto, de usar do voto daqueles com a delegação para falarem em nome da população.

O setor produtivo e os parlamentares deveriam ter preparado uma opinião mais balizada sobre aqueles contrários à aprovação do CF. Esse erro estratégico de comunicação trouxe desvantagem e acirrou argumentos da maldade feita pela Câmara dos Deputados com a humanidade e o Brasil. Na verdade, foi feita a regularização, estabilização e proteção das florestas nacionais.

No relatório aprovado, nenhum artigo permite qualquer forma de desmatamento. O objetivo foi trazer uma estabilidade jurídica e uma regularização para uma situação imutável do ponto de vista da realidade brasileira.

No Estado de São Paulo, temos 24,8 milhões de hectares de território paulista, dos quais 18 milhões de hectares são ocupados com pecuária, agricultura e florestas plantadas. Se aplicarmos o Código Florestal na sua absoluta essência, teremos de congelar 3,7 milhões de hectares. Há um prejuízo social e

econômico. No Brasil há 440 milhões de hectares, preservados e instalados desde a época que o Cabral chegou aqui.

Na discussão do CF, eu disse: “Por que não tem discussão de Código Florestal na Europa? Porque na Europa não tem mais floresta”. É por isso: 0,3% das florestas do mundo está na Europa, ou seja, só no jardim botânico. Há 200 anos, quando começou a Revolução Industrial, a grande fonte de energia foi a floresta. Naquela época, o Brasil tinha 8% das florestas originais do planeta. Como a nossa realidade de desenvolvimento foi diferente, passamos a ter 28% das florestas originais do planeta; só perdemos para a Rússia.

Fui ver como funciona o programa de serviços ambientais na Costa Rica. O seu território, de 50 milhões de hectares, corresponde a um quinto do Estado de São Paulo. Eles criaram um fundo com base na aplicação de 3% sobre as receitas originárias da venda dos combustíveis fósseis.

A grandeza das florestas brasileiras é de 440 milhões de hectares. Temos de agir em várias frentes para manter a fiscalização e o controle, mas também trabalhar no incentivo e na premiação, como o Estado de São Paulo faz. A nossa Mata Atlântica, por exemplo, está em recuperação.

Onde há desenvolvimento econômico, há menos pressão para o desmatamento e maior aplicabilidade das regras colocadas pelas leis. Na Amazônia, pessoas inescrupulosas, a pretexto do Código ou não, cometem desmatamento. Isso é caso de polícia e de cadeia.

O CF é uma lei de acordo com a realidade brasileira do momento atual. Ninguém fala em acabar com a nossa floresta. Temos reais condições, com a tecnologia disponível, de manter o ritmo de desenvolvimento e aumentar a produtividade. Mostrar para o mundo dois títulos: o de ser um dos maiores e melhores produtores de produtos agrícolas e biocombustível, como também o de preservar uma das grandes florestas naturais para a humanidade.

* Deputado Federal

CINCO PONTOS DE DEBATES

Samanta Pineda*

O meio ambiente só será valorizado quando trazer alguma vantagem econômica. É impossível acreditarmos em altruísmo nessa questão. Com a introdução de instrumentos econômicos, o projeto do CF pode ser melhorado no Senado.

O texto aprovado na Câmara não leva à ideia de que floresta é ruim. Participei desse trabalho em todas as etapas como consul-



tora da Frente Parlamentar da Agropecuária e até em parceria com a Abag.

O primeiro projeto ensejou a criação da Comissão Especial, que trouxe todos os onze projetos para a discussão. Havia uma proposta simples de valorizar a floresta: preservar a água e os recursos naturais tem preço.

Dali para frente, de acordo com as suas peculiaridades, cada Estado dita como se faz. A Constituição assim preconiza. O País possui seis biomas e a maior biodiversidade do planeta. É pre-tensão demais fazer lei daqui de Brasília.

Discordo também no ponto relacionado à anistia. No Direito Tributário, os especialistas conhecem o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), destinado a promover a regularização de débitos fiscais e previdenciários da pessoa jurídica. É uma anistia para as empresas não quebrarem e continuarem vivas.

Nos anos sessenta existia o *slogan*: “Venham à Amazônia. Integrar para não entregar”. O colonizador que não desmata-se 50% seria desapropriado. De repente, aquele sujeito que foi obrigado a fazer aquilo, porque senão perdia a posse daquela terra, virou criminoso. Então, a anistia é o resgate que está se tentando fazer de uma justiça ambiental.

No primeiro projeto, a ideia era não se ter parâmetros de metragem para as APPs. Os estudos da Embrapa e de outras entidades da pesquisa não mostram relação entre a largura do rio e a sua mata ciliar. O importante é a espessura do solo, sua declividade, se é argiloso ou arenoso. Mas quem consegue falar em mexer em metragem de APP no Brasil?

A quebra de braço será forte em pelo menos cinco pontos:

- 1º - anistia com resgate do direito adquirido no tempo;
- 2º - obrigatoriedade geral no cumprimento da Reserva Legal;
- 3º - delegação para os Estados fazerem a própria legislação;
- 4º - regularização de uso de APP; e
- 5º - consideração de várzea contínua como APP.

Existem projetos de pagamento por serviço ambiental na Câmara e no Senado. Cada um cria a sua bolsa e o seu fundo, dependendo do orçamento do governo. Infelizmente, sou cética com relação a isso.

Então, as autoridades devem conhecer esse projeto, que nasceu de uma iniciativa da Frente Parlamentar da Agropecuária, para chegar e dizer os seus motivos positivos.

* Diretora da Pineda & Krahn Advogados

O novo Código Florestal

Áreas de Preservação Permanente

- Cursos d'água
Conserva as medidas atuais para mata ciliar contada da calha do leito regular e não do nível mais alto. De 30 a 500 metros, somente prevendo consolidação de uso para rios cuja largura seja de até 10 metros, desde que seja recuperada uma faixa de 15 metros da margem (art.35).
- Lagos e lagoas naturais
Acima de 20 hectares – 100 metros de zona rural
Até 20 hectares – 50 metros
Zona urbana – 30 metros
- Entorno das nascentes perenes ou intermitentes (raio de 50 metros)
- Encostas com declividade superior a 45 graus
- Restingas, quando são fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangue
- Topos de morro
- Campos de altitude
- Bordas de tabuleiro ou chapadas: 100 metros em projeção horizontal até a linha de ruptura do relevo

Usos e regularização

Lagoas artificiais não decorrentes de barramento ou inferiores a 1 ha não necessitam de APP.

Emenda 164

ARTIGO 8º

A intervenção ou supressão de vegetação em APP e a manutenção das atividades consolidadas até o dia 22 de julho de 2008 ocorrerão nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou

baixo impacto, previstas em Lei, bem como nas atividades agro-silvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º.

§ 1º - A existência das situações previstas no *caput* deverá ser informada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de monitoramento, sendo exigida nestes casos a adoção das técnicas de conservação de solo e água que visem à mitigação dos eventuais impactos.

§ 2º - Antes mesmo da disponibilização do CAR, de que trata o § 1º, no caso de intervenções já existentes, fica o proprietário ou possuidor responsável pela conservação do solo e da água, conforme determinações agronômicas.

§ 3º - O Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto nesta lei, atendidas peculiaridades locais, estabelecerá outras atividades não previstas no *caput*, para fins de regularização e manutenção, desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação de solo e água.

§ 4º - O PRA regularizará a manutenção de outras atividades consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, vedada a expansão das áreas ocupadas, ressalvados os casos em que haja recomendação técnica de recuperação da referida área.

ARTIGO 10

Borda de tabuleiros, campos de altitude e topos de morro: manutenção de atividades florestais, espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e pastoreio extensivo, infraestrutura física associada.

§ 1º - O pastoreio extensivo nos locais restritos às áreas de vegetação campestre natural ou já convertidas para campo.

§ 2º - Infraestrutura condicionada à adoção de práticas conservacionistas do solo e das águas.

ARTIGO 35

No caso de áreas rurais consolidadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente nas margens de cursos d'água de até dez metros de largura, será admitida a manutenção das atividades agrossilvopastoris desenvolvidas, desde que sejam:

- I - recompostas as faixas marginais em, no mínimo, 15 metros, contados da calha do leito regular;
- II - observados critérios técnicos de conservação do solo e água.

Áreas de uso restrito**ARTIGO 12**

Planície pantaneira: Inclinação entre 25 e 45° - vedada a conversão.

Reserva Legal

Mesmas porcentagens: 80% Amazônia, 35% Cerrado Amazônico e 20% o restante.

- Áreas de até 4 módulos: Mantida a vegetação de Julho de 2008.
- Serra: permitido o cômputo das APPs se preservada ou em recuperação, no cálculo do percentual de Reserva Legal, desde que não implique em desmatamento.
- O proprietário deverá promover o cadastro da propriedade no órgão ambiental.
- Não há mais averbação em cartório: substituída pelo CAR.

Direito Adquirido**ARTIGO 39**

No que tange à Reserva Legal, serão respeitadas, sem necessidade de regeneração, recomposição ou compensação, as situações de áreas que se tenham consolidado na conformidade com

a lei em vigor à época em que ocorreu a supressão.

Parágrafo único. Na forma do regulamento desta lei, os proprietários ou possuidores de imóveis rurais poderão provar essas situações consolidadas por documentos, tais como a descrição de fatos históricos de ocupação da região, registros de comercialização, dados agropecuários da atividade, contratos e documentos bancários relativos à produção e por todos os outros meios de prova em direito admitidos.

CAR

Inscrição obrigatória para todas as propriedades rurais a ser feita nos órgãos ambientais. Sua implementação deverá ocorrer em até 90 dias da publicação da lei, sendo que o prazo para a inscrição dos imóveis será definido em regulamento.

Antecede à adesão ao PRA, com procedimento simplificado para a pequena propriedade rural familiar.

PRA

Poderá consolidar áreas de uso e definir formas de regularização. União, Estados e DF deverão implantar para adequar as áreas consolidadas aos termos desta lei. A sua adesão suspende as multas aplicadas por desmatamentos ocorridos antes de julho de 2008 em APP e RL, sendo que deverá ocorrer em até um ano da implementação do CAR e em um ano e três meses da publicação da lei.

TAC

Será assinado para a regularização, e, cumpridas as obrigações do TAC, as multas serão convertidas em serviços de melhoria ambiental. A assinatura do TAC suspende a punibilidade dos crimes de supressão de vegetação em APP e de impedimento de regeneração, mas não suspende punibilidade de crimes na Mata Atlântica.

VISÃO DA SUSTENTABILIDADE

Ocimar Villela*

A sustentabilidade alimentar do País depende muito do CF brasileiro. Por isso, este não deve só ser pensado do ponto de vista ambiental. O grande acerto do relator foi olhar o País do ponto de vista social e econômico. Deve ter o componente ambiental, econômico e social.

A economia do Brasil começou com o pau-brasil. Não era para fins de utilização de madeira, mas para tinta. Tivemos outros ciclos com a cana, o café, a borracha, as entradas e as bandeiras atrás de ouro, de diamantes e outras riquezas. Tudo isso dava sustentabilidade para o País. Exportávamos produtos que não tinham grande importância alimentar, para importarmos outros produtos para a nossa subsistência. Começamos a ficar independentes nos anos 60 com a caminhada para o Centro-Oeste.



Sou filho de pequenos produtores. Meu avô abriu essa Mata Atlântica, no Paraná, com machado. Não foi com motosserra. Muita gente sofreu para abrir esse sertão; ele morreu de malária. Para combater essa doença, recomendava-se, primeiro, arrancar as matas na beira do rio, por causa do mosquito contaminador que lá vivia. Tenho essa experiência das aberturas de áreas e da necessidade de reconhecimento na linha do tempo. Não podemos esquecer o passado. Precisamos parabenizar o relator por esse reconhecimento.

Então, hoje, quando acontece essa abertura de 40 mil hectares no Mato Grosso, como o governo não viu isso? Com tantos satélites e um contingente enorme de fiscais. Por que falta proatividade? Nunca tivemos governança nessa região de fronteira. Quando há desajuste, a culpa é do ruralista. Sempre é assim.

Esse CF precisa ter melhor entendimento. O Instituto Ares tem dado a sua contribuição. Estamos aqui para ouvir as reflexões importantes dos ilustres expositores. O nosso esforço é colocar de uma maneira prática e funcional para que a sociedade compreenda o que aconteceu com essa aprovação.

* Superintendente do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares)

ESPECIAL **BM&FBOVESPA**

Perspectivas para o Agribusiness em 2011 e 2012



AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: OTIMISMO COM CAUTELA

Miguel Baia Bargas*

Segundo avaliação de especialistas que participaram do Seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2011 e 2012, o agronegócio brasileiro está no caminho certo, batendo sucessivos recordes de produção e exportação de commodities. O governo federal, por intermédio de seus planos de apoio ao setor, tem incentivado o mercado. O cenário da economia internacional, porém, ainda traz insegurança, que pode comprometer os bons resultados da agropecuária nacional.

Em 26 de maio, a BM&FBovespa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promoveram o Seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2011 e 2012, no Hotel Transamérica, na capital paulista. O evento contou com a presença de cerca de 700 pessoas ligadas a empresas, produtores, investidores, ao governo e a entidades do agronegócio.

Em sua 10ª edição, o seminário apresentou os cenários alternativos para desenvolver e expandir os mercados agropecuários, além de mostrar as diretrizes para viabilizar a concretização do crescimento e do aprimoramento dos serviços nas cadeias de milho, aves, suínos, café, algodão, açúcar, etanol, pecuária de corte e soja.

Considerado o mais importante debate sobre as tendências do agronegócio nacional e de seus reflexos para a economia brasileira, a abertura dos trabalhos contou com a participação do ministro da Agricultura, Wagner Rossi; do diretor presidente da BM&FBovespa, Edemir Pinto; do vice-presidente do CME Group, controlador das bolsas de mercadorias de Chicago e

Nova York, Charles Carey; e do presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Carlo Filippo Lovatelli.

No início das apresentações, Edemir Pinto destacou o papel importante da BM&FBovespa na economia brasileira. Ele salientou que “há muito que se fazer ainda, mas estamos na direção correta. De forma drástica, nesses últimos dez anos, o País mudou para melhor, e o seu agronegócio se tornou um líder glo-

“Poucos países do mundo têm condições de aumentar a produção de alimentos sem comprometer seus recursos naturais. O Brasil está na vanguarda em projetos agropecuários sustentáveis.”

Wagner Rossi, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)





SXC.HU

bal em produção e em exportação. A Bolsa se orgulha de ter tido uma participação ativa nas realizações e nas reformas ocorridas no mercado de capitais e financeiro, no decorrer destes anos. A BM&FBovespa é líder e exemplo para o mundo com seus sistemas de negociação, liquidação e gerenciamento de risco e custódia. Apesar da crise europeia e do mau humor vivido pelo mercado atualmente, estamos entre as quatro maiores bolsas do mundo em valor de mercado, com a criação de uma base sólida e diversificada de empresas e investidores em seus mercados”.

O diretor presidente da BM&FBovespa também sinalizou a necessidade de o governo reavaliar a Resolução 2.687, de 2000, que diz respeito à entrada de capitais de investidores não residentes nos mercados da Bolsa: “Elevado, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) atingiu os investidores internacionais, principalmente aqueles atraídos pelo mercado de agronegócios da BM&FBovespa. Isso reduziu drasticamente, para não dizer a eliminação e a participação dos investidores estrangeiros nos contratos agropecuários da Bolsa, sacrificando sua liquidez. O Brasil rejeita participantes que o mundo disputa de forma acirrada.”

Carlo Filippo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em sua palestra, comentou o impacto do crescimento de países emergentes, principalmente da China, na demanda e pressão nos preços dos alimentos. O surgimento da “agroinflação” constituiu um novo fenômeno econômico mundial que precisa ser urgentemente debelado, queiram ou não os dirigentes dos países desenvolvidos.

“No seu fórum realizado na Virgínia em fevereiro último, o Departamento da Agricultura dos Estados Unidos reconheceu, pela primeira vez, a dependência da segurança alimentar do mundo da produção e do surgimento de novos celeiros”, lem-

“Com os novos instrumentos da parceria firmada entre a BM&FBovespa e a CME, haverá a possibilidade de os investidores negociarem contratos listados nos Estados Unidos a partir do Brasil e vice-versa.”

Charles Carey, vice-presidente do CME Group

brou Lovatelli. “Além disso, importantes análises de especialistas do setor reconhecem a força do agronegócio brasileiro com uma observação toda especial: entre as cinco maiores agriculturas do mundo, a nossa é a única localizada em zona tropical. Estados Unidos, Europa, Austrália, Argentina, todos eles estão em zona temperada.”

Com a maior disponibilidade de área para plantio e capacidade para ampliar a sua agricultura nos próximos anos, o Brasil, decididamente, pode colaborar no combate à escassez de alimentos no mundo. Além disso, o País alcançou alto domínio tecnológico na agricultura tropical, em função de seus investimentos no desenvolvimento em pesquisa e inovação. Para Lovatelli, tem sido fundamental o papel desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nessas descobertas.

Nem tudo são flores, porém, para o agronegócio nacional. O presidente da Abag mostrou preocupação quanto ao novo Código Florestal Brasileiro. “O texto-base do código foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora vai para o Senado para acertar algumas arestas vitais. Isso provoca a persistência da insegurança jurídica no campo, um dos grandes problemas vivenciados por nós nos últimos anos. Mas tenho a impressão de se



encontrar a contento uma solução. Acredito piamente na colocação do agronegócio brasileiro em seu devido patamar político e institucional.”

Charles Carey, vice-presidente do CME Group, destacou os novos instrumentos, como parte da parceria firmada entre a BM&FBovespa e a Chicago Mercantile Exchange (CME), para abrir a possibilidade de os investidores negociarem contratos listados nos Estados Unidos a partir do Brasil e vice-versa.

Em sua participação no seminário, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wagner Rossi, fez um balanço da agricultura brasileira e ressaltou as sucessivas quebras de recorde de produção de grãos. “Para a próxima safra, o Brasil colherá acima de 160 milhões de toneladas de grãos”, avaliou.

O ministro também anunciou, para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da Safra 2011/12, a oferta, por meio dos agentes financeiros, de um total de R\$ 107 bilhões para o produtor brasileiro. O valor representa expansão real de 7% em relação ao valor do ano passado. Segundo ele, o PAP apresenta várias diferenças, como fruto de um trabalho em conjunto entre o Mapa e o Ministério da Fazenda. “Estamos criando novidades importantes, como dar certa igualdade entre os produtos que tinham um apoio maior no passado, por serem *commodities* de exportação, e os produtos mais diretamente voltados para o consumo interno.”

Como o principal pacote de medidas do governo federal para incentivar a produção agropecuária, o PAP estabelece:

1. O crédito para custeio, investimento, comercialização e subvenção ao seguro;
2. As linhas de financiamento em condições facilitadas para o produtor, incluindo taxas de juros controladas e mais baixas que as praticadas no mercado;
3. Os preços mínimos para mais de 40 produtos agropecuários, como parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) gerenciada pelo governo federal para dar garantia de renda mínima ao produtor.

Wagner Rossi ressaltou a ideia de atender às áreas antes descobertas. O governo, segundo ele, montou, por exemplo, um programa muito específico para apoiar a renovação dos canaviais. “A melhor forma para recuperar a produtividade perdida nos últimos anos é apoiar a renovação dos canaviais”, afirmou.

Além disso, o PAP contempla um programa para dar melhores condições à pecuária brasileira. Nesse caso, o governo oferecerá crédito para renovação das pastagens, melhora da genética bovina e retenção de matrizes. “Há Estados brasileiros com taxa

“A Bolsa se orgulha de ter sido uma participante ativa nas realizações e nas reformas que ocorreram no mercado de capitais e financeiro nesses últimos anos.”

Edemir Pinto, diretor presidente da BM&FBovespa

de abate de fêmeas de 50%. Precisamos dar condição econômica para a preservação desse rebanho”, disse Rossi.

O ministro da Agricultura comentou a previsão de crédito para projetos agropecuários destinados à recuperação de pastagens degradadas. “A meta do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) busca recuperar, em dez anos, 30 milhões de hectares de áreas degradadas”, disse. O objetivo é garantir ganhos de produtividade com a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, de modo a garantir o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil na Conferência das Partes Sobre Mudanças Climáticas, de 2009, realizada em Copenhague.

“Poucas nações do mundo apresentam condições para aumentar a produção de alimentos sem comprometer seus recursos naturais. O Brasil está na vanguarda em projetos agropecuários sustentáveis”, disse o ministro. Ele ressaltou que o País possui condições de ampliar as exportações, garantir o abastecimento interno e conciliar o aumento da produção de grãos e de proteína com a preservação do meio ambiente.

A redução da emissão dos gases de efeito estufa é um dos principais objetivos do programa ABC, lançado pelo governo federal em julho de 2010. No centro estratégico do novo PAP deste ano, o programa ABC englobará todas as iniciativas do governo para estimular a produção sustentável, como o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora). Na safra passada, a dotação foi de R\$ 2 bilhões a taxas de juros de 5,5% ao ano para o produtor investir em técnicas como plantio direto na palha, recuperação de áreas degradadas, projetos de integração lavoura-pecuária-floresta e plantio de

“Os preços internacionais das *commodities* continuaram altos, porque a demanda seguirá crescendo devido ao aumento da população e ao crescimento da renda das famílias.”

José Roberto Mendonça de Barros, MB Associados

florestas comerciais. A linha central da iniciativa é garantir mais renda ao produtor e a preservação do meio ambiente.

O ministro Wagner Rossi também disse sobre a necessidade de jogar duro contra os países desenvolvidos na reunião dos ministros da Agricultura do G-20, em Paris, cujo tema central é a relação entre o agronegócio e o mercado financeiro, chamado por alguns analistas de “financeirização” do mercado de *commodities* agrícolas, e o controle sobre os preços das *commodities*.

“Essa ideia é perversa e inadmissível. Alguns países ricos pensam em achar possibilidades para fazer e exercer um controle sobre os preços das *commodities*. É uma visão totalmente divorciada da realidade. O á-bê-cê da política agrícola mostra apenas um mecanismo – e não dois – capaz de diminuir a volatilidade exagerada dos preços de *commodities* e estabelecer certo nível de tendência para o equilíbrio dos preços agrícolas: é o aumento da produção, e não tem outro”, afirmou Rossi.

O seminário foi encerrado com a palestra de José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, com a explanação sobre o cenário macroeconômico da economia nacional e internacional, além das perspectivas do agronegócio para os próximos anos.



SXC.HU



Em sua apresentação, Mendonça de Barros lembrou as expectativas mundiais bastante otimistas, do início de 2001, baseadas no crescimento asiático, na forte recuperação da economia norte-americana e no desempenho razoável da Europa. De lá pra cá, esse cenário econômico se mantém em sua essência, mas as economias mundiais ficaram mais voláteis devido aos conflitos no Oriente Médio; aos indicadores de atividades mais moderados nos Estados Unidos, com a sugestão de um crescimento mais lento; diante do problema de alta dos salários da mão de obra na China e da inadimplência dos países do sul da Europa.

Até 2014, Mendonça de Barros avalia crescimento entre 4% e 4,5% ao ano na economia brasileira, enquanto a mundial atingirá 4%; a chinesa, 8%; e os países do G-7 por volta de 2%.

Os fatores de impacto para a economia brasileira atingir esse patamar, segundo Mendonça de Barros, são: a continuidade do aumento do consumo das classes C e D; o crescimento das exportações da cadeia de recursos naturais; e a elevação dos investimentos privados para eventos como a Copa do Mundo de

2014 e as Olimpíadas de 2016. No entanto, podem limitar esse crescimento os desequilíbrios macroeconômicos crescentes; a redução da competitividade; o aumento do chamado custo Brasil combinado a uma forte valorização do real; e a redução da eficiência do setor público.

De acordo com as estimativas da MB Associados, os preços internacionais das *commodities* continuaram altos, porque a demanda cresce com o aumento da população e a maior renda das famílias. Por sua vez, a volatilidade seguirá elevada. As questões climáticas são recorrentes, e o papel dos fundos financeiros seguirá muito importante. Além disso, a projeção de alta do preço do barril do petróleo, com tendência a ficar entre US\$ 100,00 e US\$ 110,00, pressionará os preços dos fertilizantes e os custos de transportes. Com isso, continuará a haver suporte para o etanol.

Num cenário alternativo, porém, uma pergunta que poucos especialistas em macroeconomia sabem responder é a seguinte: será que a China, seguindo os passos do Japão, ultrapassará a economia dos Estados Unidos? Se isso ocorrer nos próximos anos, as projeções terão de ser refeitas e ajustadas ao novo cenário mundial.

“O texto-base do Código Florestal foi aprovado na Câmara e agora vai para o Senado [...]. Acredito piamente que o agronegócio brasileiro será colocado em seu devido patamar político e institucional.”

Carlo Filippo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

O Seminário Perspectivas para o Agribusiness 2011 e 2012, realizado pela BM&FBovespa e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), teve o apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), da Bolsa Brasileira de Mercadorias e do CME Group; e patrocínio do Banco do Brasil, da Futura Corretora e da Votorantim Corretora. Para assistir às palestras e aos painéis com as perspectivas das cadeias de milho, aves, suínos, café, algodão, açúcar, etanol, pecuária de corte e soja, acesse www.bmfbovespa.com.br.

Miguel Baia Bargas é jornalista

CONFERÊNCIAS DO SEMINÁRIO

ECONOMIA MUNDIAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL

Mailson da Nóbrega, da Tendência Consultoria Integrada



O ex-ministro da Fazenda utilizou o exemplo da China para fazer um contraponto com o atual momento que o Brasil vive. “Enquanto o Brasil aplica 19% de seu PIB na agricultura, a China destina 52%.”

Segundo Mailson, para que o Brasil atinja o nível de crescimento chinês, é preciso que haja mudança contínua de mentalidade dos agentes do agronegócio com há na China, onde existem taxas elevadas de poupança e investimento; políticas educacionais bem-sucedidas, amplo investimento em pesquisa e desenvolvimento e forte crescimento de produtividade.

“Por sua vez”, avaliou o ex-ministro, “o Brasil possui um grande diferencial para atingir esses objetivos rapidamente, como democracia plena, imprensa livre, intolerância à inflação e disciplina nos mercados que possibilitam detectar falhas antecipadamente”.

DESAFIOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA EM 2011/2012

José Carlos Vaz, secretário de Política Agrícola do Mapa



Empossado no começo de junho no cargo de secretário de Política Agrícola do Mapa, Vaz avaliou que é preciso que haja mais sinergia entre os setores públicos e privados para que o Ministério possa criar matrizes para conter os possíveis riscos da atividade produtiva rural.

Ele anunciou os instrumentos que estão no novo Plano Safra, antecipado pelo ministro da Agricultura, Wagner Rossi, no seminário, que são os seguintes: fundos garantidores de crédito, subvenção ao seguro agrícola com garantia de renda e fundo catástrofe, dentre outros. “Parte disso será divulgada no plano, outra parte ao longo do segundo semestre”, afirmou Vaz. “Estamos fazendo as discussões necessárias. Alguns instrumentos terão de passar pelo Conselho Monetário Nacional, outros não”.

Vaz acrescentou que vai aproveitar o momento de bonança no setor agrícola para discutir um plano de reforma nacional da política para o segmento. “Hoje, reagimos aos problemas que aparecem, mas queremos ser ‘antecipadores’ de tendências

e problemas. Para isso, temos de conversar com toda a cadeia. Queremos projetar metas de renda e produtividade, alcançá-las e ser capazes de corrigir desvios quando necessário”, finalizou.

O MERCADO MUNDIAL DE COMMODITIES

André Pessoa, diretor da Agroconsult, e André Nassar, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône)



Os temas principais abordados na conferência foram os choques de demanda e de oferta, além do importante papel no cenário atual dos países da América do Sul, principalmente o Brasil, e da África. Hoje, o mercado de *commodities* alimentares está desequilibrado em razão da elevação de consumo da população dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e da diminuição de oferta de produtos.

Segundo André Pessoa, para que haja a retomada do equilíbrio no setor, é necessário que países com grandes áreas para plantio diversifiquem os produtos, melhorem sua infraestrutura e apliquem biotecnologias apropriadas para o crescimento da produção. Por isso, o Brasil desempenha papel fundamental para o aumento de produtividade e da área plantada mundial.

O desafio do agronegócio brasileiro, para o diretor da Agroconsult, é tornar a agricultura forte e competitiva como são a chinesa, a norte-americana e a europeia. Para isso, o Brasil precisa profissionalizar as empresas produtoras de grãos, expandir a cultura de *hedge* e de comercialização de safras, ter uma legislação ambiental eficiente, melhorar a logística para escoamento da produção e reduzir a dependência das importações de matéria-prima.

NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS PARA O AGRONEGÓCIO

Ivan Wedekin, diretor de Commodities da BM&FBovespa e diretor-geral da Bolsa Brasileira de Mercadorias



Realizou palestra sobre os novos produtos e serviços da Bolsa para o agronegócio brasileiro.

Registro de agrotóxicos

Decreto favorece culturas pequenas

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de acordo com o Decreto 4.074/2002, deve priorizar o registro de agrotóxicos com menor toxicidade. Hoje, 61% das 1.468 marcas já estão classificadas como de Classe Toxicológica III ou IV (menos tóxicas). Além disso, os pedidos de registro de produtos biológicos são aprovados mais rapidamente, no período de oito a 15 meses, pelos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde. As demandas são crescentes dos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e da Bahia, que têm interesse em cadastrar produtos biológicos, após o registro federal.

O melhor entendimento entre o Mapa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) é fundamental para minimizar as divergências existentes entre os técnicos. Somente assim, a sociedade assistirá a avanços das questões relacionadas às culturas pequenas, *minor crops*, também oficialmente designadas de Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI).

A Oficina de Mapeamento de Culturas, Ingredientes Ativos e Alvos Biológicos para Adesão à Norma de CSFI tem desenvolvido um conjunto de ações de modo a identificar ingredientes ativos e alvos biológicos para o uso de agrotóxicos em culturas com poucos registros de produtos.

Um dos objetivos é elaborar o manual de regulamentação da Instrução Normativa (IN) nº 1, que dispõe sobre o registro de agrotóxicos para a CSFI. Isso dará cobertura para sua comercialização, regularizando essas culturas e produtos, evitando resultados como o uso indevido em futuras análises. As culturas caíam na ilegalidade ao apresentar ingredientes ativos de produtos não autorizados para uso nas lavouras, notadamente nos cultivos de al-

gumas hortaliças/olerícolas. Um produto autorizado para o tomate, se aplicado em outra hortaliça/olerícola, gerava controvérsias nas análises da Anvisa.

Na prática, a IN abrigará as CSFI em grupos de culturas que já possuem agrotóxicos registrados. A legalização evitará a criminalização do produtor e do alimento. Em última instância, o Mapa, como responsável pelo registro dos produtos, deve zelar pelo rigor técnico e pela divulgação dos resultados das pesquisas para a imprensa. A análise das CSFI deve fazer parte de um projeto nacional, com o entendimento junto ao Ministério Público para o desenvolvimento de um termo de conduta e maior atenção na comunicação de risco para o consumidor.

Sabe-se que o processo de produção de dados é muito trabalhoso e criterioso. Normalmente, pode demorar cerca de três anos. Existem etapas fundamentais para serem superadas, sendo a prioridade técnica dirigida para os ingredientes ativos menos tóxicos. O objetivo final dos trabalhos é aperfeiçoar o modelo atual e chegar a um processo semelhante ao praticado na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos e no Canadá. Lá, os governos reúnem-se uma

vez por ano com representantes dos agricultores, das universidades e das empresas registrantes. As demandas são levantadas e registradas, e o governo organiza os ensaios.

Existem iniciativas interessantes a serem registradas. O Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal, do Mapa, já está próximo de dois anos, enquanto as pesquisas realizadas pelo Centro de Qualidade Hortigranjeira da Ceagesp mostram resultados positivos. Mas fica em aberto a questão da falta de produtos registrados para culturas menores, as chamadas CSFI, grupo que inclui frutas como caqui, caju e *kiwi*, além de mandioca, gengibre, macadâmia e várias hortaliças. O nível de resíduo pode ser baixo, mas o fato de o produtor usar um defensivo não registrado leva à ilegalidade. Isso precisa ser explicado para os consumidores.

Outras ações correm no sentido da definição das regras de registros de produtos fitossanitários para uso na agricultura orgânica. A expectativa é que, para 2012, as opções para esse sistema de produção estejam em funcionamento.

As informações sobre a quantidade de produtos importados pelo Brasil são bem precárias.

Com a abertura da economia brasileira, aumentou substancialmente o número de produtos alimentícios importados. Assim como a necessidade de novas estratégias de controle dessas importações, o Brasil, a exemplo de outros países, deve se preparar para demonstrar que seus produtos no comércio nacional ou internacional atendem aos elevados padrões de qualidade e segurança. As CSFI fazem parte deste contexto. As grandes redes varejistas saíram na frente e correm na implantação de seus próprios sistemas de certificação para levarem credibilidade ao consumidor. ■



Diário de bordo

Integração



Roberto Rodrigues*

HÁ UM determinismo geográfico que aproxima Brasil e Argentina. Ambos viveram períodos históricos com muitas similaridades e são hoje grandes democracias. Juntos, lutaram por esta mesma democracia no maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul: a Guerra do Paraguai. Também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, porque contou com o Uruguai, esta campanha durou de 1864 a 1870 e teve como objetivo brechar os projetos do ditador paraguaio Francisco Solano Lopez, que pretendia ampliar as fronteiras do seu país – formando o sonhado Grande Paraguai –, invadindo e anexando partes do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul e Mato Grosso brasileiros.

Portanto, as relações entre Brasil e Argentina são historicamente de aliados, e não faz sentido esta nova disputa comercial que estamos vivendo. Diversos setores brasileiros estão enfrentando problemas nas exportações para a Argentina, como têxteis, pneus, calçados, ferramentas, móveis, unidades condensadoras, parafusos, vidros, máquinas e equipamentos, entre outros.

Para complicar, no início deste ano, o governo argentino elevou de 406 para 576 o número de produtos sob licenciamento não automático, impactando negativamente em cerca de 21% as exportações brasileiras para aquele país. Daí, o governo brasileiro resolveu – corretamente – adotar medidas, digamos, compensatórias, para esta postura recorrente dos vizinhos. Na tentativa de regularizar essa situação, os dois governos acordaram liberar parte das importações penalizadas como um gesto de boa vontade, mas não funcionou.

Os países apenas registraram avanços “nas negociações visando liberar gradualmente as licenças pendentes” e se comprometeram a realizar em breve nova reunião entre Secretários e a manter reuniões mensais da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral.

Não é possível continuar assim. Precisamos cuidar de instrumentalizar o Mercosul, importantíssimo ganho político da última década do século XX, a partir da harmonização das políticas macroeconômicas entre os quatro países.

Mas Brasil e Argentina, com seus 1.236 km de divisas, precisam liderar isto.

O comércio bilateral entre Brasil e Argentina atinge atualmente a cifra de US\$ 32,9 bilhões, e são duas das mais importantes economias na América Latina. Os dois países combinados representam 63% da área total da América do Sul, 60% da sua população e 61% do seu PIB. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais da Argentina e vice-versa.

Entre o setor privado do Brasil e o da Argentina nasceu uma densa rede de negócios, mostrando que há muito mais integração entre as duas economias do que possa parecer. Os investimentos de empresas brasileiras na economia argentina já totalizaram em 2010 um valor acumulado de mais de US\$ 9,5 bilhões em setores que incluem a exploração, o transporte e a distribuição de petróleo e gás, a construção civil, produção de cimento, indústria têxtil, frigoríficos, indústria de alimentos, exploração de minérios, setor automotivo, bancos, transporte aéreo, logística, cosméticos e informática.

O Brasil exportou em 2010 para a Argentina US\$ 18,5 bilhões – aumento de 45% sobre 2009 – e importou US\$ 14,42 bilhões, uma alta de 27,8%. O crescimento foi forte dos dois lados, porque, em 2010, ambos avançaram muito em termos produtivos, aproveitando a oportunidade da economia global. O saldo comercial foi favorável ao Brasil, tendo saltado de US\$ 1,5 bi para R\$ 4 bi, um aumento de 172%.

Se Brasil e Argentina se juntassem, atrairiam também outros vizinhos da América do Sul e poderiam constituir um bloco muito relevante no comércio mundial, sobretudo agrícola. Atuando de forma articulada e integrada, o bloco seria uma potência em soja, milho, café, açúcar e álcool, carnes e frutas. E seu papel na formação de preços destes produtos seria tão marcante, que talvez esta arbitragem migrasse de Chicago e Nova York para São Paulo. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Produção rural e ambiente



Cesário Ramalho da Silva*

APROVAÇÃO do Projeto de Lei de mudança do Código Florestal por ampla maioria na Câmara dos Deputados atende a anseios e necessidades da produção rural e proteção do meio ambiente.

Ganhou a democracia, especialmente, pelo fato que se tratou de uma votação apartidária, em que os deputados decidiram de maneira técnica, independentemente de ser governo ou oposição.

Os parlamentares, na sua imensa maioria, com a sensibilidade que precisam ter para as necessidades da população, viram claramente o desastre que seria para o Brasil a manutenção das Medidas Provisórias equivocadas, construídas por burocratas em seus gabinetes com ar-refrigerado, longe da realidade do campo.

Agora, daqui para frente, nossa expectativa é que o convencimento visto no resultado da Câmara seja seguido pelo Senado e pela presidente Dilma Rousseff.

Compreendemos que a vitória esmagadora na Câmara torna muito difícil quaisquer alterações significativas no texto aprovado daqui para frente.

Além disso, a chegada da nova ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, é positiva para ratificar a mudança da lei. Ela conhece a realidade dos produtores rurais e

poderá levar à presidente Dilma Rousseff mais clareza acerca do assunto.

Transparência no sentido de mostrar que o desmatamento ilegal, seja na Amazônia ou em qualquer outra região, não atende aos interesses do agronegócio brasileiro.

Visão turva

Por outro lado, os recentes comportamentos da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, demonstram que ela não acredita na democracia representativa e no Congresso Nacional, do qual, inclusive, fez parte até pouco tempo.

O que questionamos é: será que a ex-ministra acha que instrumentos de pressão, como abaixo-assinados, constroem parlamentares e mudam votos? Ou será que a ex-ministra quer criar factóides, a fim de confundir a opinião pública?

O placar da votação das mudanças do Código na Câmara, 410 votos a favor e 63 contra, foi uma decisão inquestionável, que refletiu a consciência dos parlamentares. É muito raro na nossa história um resultado assim tão significativo.

A realidade é que, em seu discurso, parece que a ex-ministra só pensa na parte ambiental, esquecendo-se que a sustentabilidade, envolve, impreterivelmente, a parte econômica e a social também.

Será que para a ex-ministra soa racional extinguir atividades centenárias sem pensar nas graves consequências socioeconômicas que tal medida geraria? Seria uma total falta de bom senso.

Oportunidade

O fato é que a polarização do debate nunca foi saudável e atrasou a votação na Câmara. O equilíbrio, chave entre produção rural e meio ambiente, estava ficando

de lado. Entretanto, felizmente, o diálogo, livre de ideologias, prevaleceu, e quem ganhou foi o Brasil.

Avançamos para uma legislação que vai proteger recursos naturais sem tolher a atividade rural. E isso acontece num momento em que o mundo precisa e vai precisar ainda mais do alimento e da energia limpa produzida no Brasil.

Segundo recentes estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a população global chegará a 10 bilhões até o final do século, montante três bilhões acima do existente hoje. Este aumento populacional exigirá que a produção mundial de alimentos tenha de ser duplicada até lá.

Diante da escassez de terras, de água, da imprevisibilidade climática, do aumento de custos dos insumos, não será nada fácil cumprir esta tarefa. Mas o Brasil, que tem vantagens comparativas privilegiadas em face deste novo cenário mundial, tem uma oportunidade sem igual de ser o principal protagonista das necessidades mundiais.

Compromisso

A verdade é que o agronegócio, que contou com o apoio da população, legitimamente representada pelos parlamentares, saiu da votação da Câmara devedor da sociedade.

O compromisso de produzir de maneira responsável com pessoas e natureza só aumentou. A sociedade tem expectativas sociais e ambientais do agronegócio, e é obrigação do setor corresponder.

Pelo vazio do seu discurso, que só enxerga um lado do triângulo da sustentabilidade, o ambientalismo radical saiu derrotado. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Gratidão e desafio



Mônica Bergamaschi*

DESDE QUE recebi do governador do Estado de São Paulo o honroso convite para ocupar a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), duas palavras estão em tudo que penso: gratidão e desafio. A primeira, pela oportunidade que me foi oferecida de fazer parte de um governo sério; e a segunda, o desafio de ajudar a dar sequência ao trabalho de tantos que continuam lutando para consolidar a agricultura deste Estado maravilhoso.

Sou engenheira agrônoma, apaixonada pelo ofício, e nos últimos 15 anos tive o privilégio de trabalhar com a representação classista, um grande aprendizado. Na Abag e na Abag/RP, focamos a difusão do conceito de cadeias produtivas, das quais fazem parte os pequenos, os médios e os grandes produtores. Procuramos esclarecer a opinião pública sobre a importância e a dimensão do setor, com programas de longo alcance voltados à valorização do agronegócio por meio da exibição de sua real imagem. Trabalhamos com a mídia e fomos às escolas, oferecendo um robusto Programa Educacional para jovens do ensino fundamental e médio.

Fortalecemo-nos com a melhoria da organização e conseguimos conquistas importantes para o setor. Atribuo a este trabalho conjunto, desenvolvido por empresas, cooperativas e associações de diferentes segmentos do agronegócio, instituições de ensino e pesquisa parceiras,

a razão de hoje eu estar à frente da SAA, mais uma vez representando o setor.

Sou profundamente grata pela confiança recebida ao longo de tantos anos e pelas inúmeras manifestações de apoio vindas de toda a classe. Pertencço ao setor e com todos quero trabalhar. As portas da Secretaria estarão sempre abertas para sugestões e parcerias que possam contribuir para a modernização, o desenvolvimento e a valorização do agronegócio paulista.

Assim também fizeram os secretários João de Almeida Sampaio Filho e Antônio Júlio Junqueira de Queiroz que me antecederam. A atenção, a competência, o desprendimento e a presença deles foram vitais para dar segurança ao setor.

Reconheço com gratidão a relevante contribuição dos funcionários, técnicos, pesquisadores e extensionistas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sempre oferecida em prol do setor há mais de um século. Passo, a partir de agora, com muita satisfação, a fazer parte deste time.

O agronegócio precisará não apenas ser, mas, também, parecer competitivo e sustentável. Um país continental, com terra, água, tecnologia adaptada e recursos humanos preparados, que detém um extraordinário e singular potencial para produzir alimentos, fibras e energia renovável chama a atenção e incomoda os competidores ao redor do globo.

O agronegócio paulista é responsável por significativa parcela deste que é o maior setor da economia brasileira, o que mais gera empregos e divisas.

Somos importantes fornecedores de bens para os mercados interno e externo. Nossa capacidade de geração de energia renovável, com o etanol, a bioeletricidade, o diesel de cana-de-açúcar e outros derivados que estão sendo desenvolvidos por universidades e instituições de pesquisa públicas e privadas, é notável.

Há muito espaço para crescer, mas, para que este crescimento se sustente, é preciso que os investimentos estejam lastreados em tecnologia e gestão. A segurança jurídica, com regras claras e definidas, é fundamental. A ameaça ao direito de propriedade e a morosidade na definição da legislação ambiental inibem o movimento desta grande engrenagem. Faço aqui um agradecimento ao trabalho sério que vem sendo realizado pelos deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária, que de forma ampla e democrática não têm medido esforços para modernizar a legislação ambiental brasileira. É sabido que, vencido o processo na esfera federal, concorrentemente, Estados e municípios terão muito a fazer. Importante trabalhar em conjunto, com seriedade e bom senso.

Ainda, há a relevância em intensificar a atenção nos aspectos zootécnicos e fitossanitários; fomentar vigorosamente a inclusão de pequenos produtores via cooperativas e associações; incentivar, com suporte da pesquisa e da extensão, a produção de frutas, de proteína animal e de outras culturas de maior valor adicionado nas áreas de reconversão; favorecer o acesso aos instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de melhorar a renda do produtor e garantir o abastecimento com produtos seguros e de qualidade.

Reunimos todos os requisitos para empunhar a bandeira da “economia verde e inclusiva”. Essa bandeira serve para o setor, para o Estado e para o País. Há muito tempo, ouço que o Brasil será o celeiro do mundo, o fornecedor de alimentos, energia renovável e fibras, com sustentabilidade, para uma população crescente e demandante. A nossa hora chegou, e depende de nós aproveitá-la com plenitude. ■

*Engenheira agrônoma e Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em junho de 2011 (R\$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	340.000	360.000	368.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	500.000	540.000	570.000
New Holland	CR 9060	630.000	650.000	669.000	635.500
New Holland	CS 660	420.000	455.000	580.000	500.000
New Holland	TC 5090	350.000	375.000	497.000	355.000
New Holland	TC 5070	300.000	320.000	350.000	350.000
Valtra	BC 6500	530.000	570.000	554.000	570.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	658.000	680.000
Valtra	BC 4500	295.000	365.000	379.000	350.000
Jonh Deere	1175 HY	330.000	320.000	359.000	355.000
Jonh Deere	9470	520.000	510.000	550.000	498.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em junho de 2011 (R\$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	116.000	120.000	118.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	148.000	150.000	140.000	140.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	190.000	210.000	210.000
New Holland	7030	158.000	177.840	180.000	180.000
New Holland	7040	167.000	187.200	199.000	180.000
New Holland	7060	210.000	234.000	234.000	240.000
Valtra	BM 125-4	124.000	125.000	118.000	137.500
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	176.000	200.000
Valtra	BM 205-4	193.000	216.000	196.000	215.000
Jonh Deere	7715	215.000	215.000	282.700	230.000
Jonh Deere	8430	375.000	350.000	400.000	385.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de sulcadores e cultivadores em junho, referência São Paulo (R\$/unidade)

Sulcador	Fabricante	Potência [cv]	Observações	Preço
SATP - compacto	Civemasa	75	2 linhas	11.260
SAB	BALDAN	110	2 linhas	25.300
SAB-DF	BALDAN	75	2 linhas	10.258
Cultivador	Fabricante	Potência [cv]	Observações	Preço
BALDAN	CEH	60	9 discos	4.540
BALDAN	CTV-COP	60	3 módulos	4.115
Civemasa	CQL	90	2 linhas	11.500
Civemasa	CATP	75	2 linhas	17.204
TATU marchesan	CAC	65	2 linhas	11.434

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um produtor que queira, em junho de 2011, comprar um sulcador, marca Baldan, de duas linhas (potência requerida de 75 cv), cujo preço é R\$ 10.258,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R\$ 2.051,60) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de três anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. Considerando o valor financiado de R\$ 8.206,40, os juros são R\$ 837,20. Ou seja, no final do financiamento, o produtor terá pago R\$ 11.095,21 pelo implemento. A prestação média é de R\$ 2.990,63 por parcela.

* R\$ 10.258,00 – R\$ 2.051,60 (20% de entrada)

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/07/11	8.206,40	0,00	71,73	71,73	
15/01/12	8.206,40	2.735,47	384,16	3.119,63	1
15/07/12	5.470,93	2.735,47	253,26	2.988,73	2
15/01/13	2.735,46	2.735,47	128,05	2.863,52	3
Total		8.206,41	837,20	9.043,61	-
Total pago: R\$ 2.051,60 (entrada) + R\$ 9.043,61 (financiamento) = R\$ 11.095,21					

Produção agrícola brasileira

Nono levantamento da safra de grãos 2010/2011: estimativa de produção em mil toneladas.

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10 PREVISÃO¹ (A)	2010/11 ESTIMATIVA² (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.383,6	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.198,6	73,5
AMENDOIM TOTAL	225,7	303,1	300,6	226,0	223,8	-1,0
AMENDOIM 1ª SAFRA	182,0	256,2	246,1	191,9	196,2	2,2
AMENDOIM 2ª SAFRA	43,7	46,9	54,5	34,1	27,6	-19,1
ARROZ	11.315,9	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.812,3	18,4
AVEIA	378,0	230,2	232,2	244,1	379,0	55,3
CANOLA			0,0	42,2	69,7	65,2
CENTEIO	5,9	4,9	6,1	4,8	3,2	-33,3
CEVADA	205,8	264,7	237,0	201,4	283,9	41,0
FEIJÃO TOTAL	3.339,8	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.796,2	14,3
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.568,0	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.671,3	14,2
FEIJÃO 2ª SAFRA	996,6	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.358,5	32,8
FEIJÃO 3ª SAFRA	775,2	832,3	774,5	836,6	766,4	-8,4
GIRASSOL	106,1	147,1	109,4	80,6	76,0	-5,7
MAMONA	93,7	123,3	92,5	100,6	137,2	36,4
MILHO TOTAL	51.369,7	58.652,2	51.003,9	56.018,0	56.732,9	1,3
MILHO 1ª SAFRA	36.596,7	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.034,8	2,8
MILHO 2ª SAFRA	14.773,0	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.698,1	-1,1
SOJA	58.391,8	60.017,7	57.165,5	68.688,2	74.990,3	9,2
SORGO	1.497,1	1.985,5	1.934,9	1.624,2	1.807,4	11,3
TRIGO	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	17,0
TRITICALE	203,8	211,9	184,7	172,1	114,9	-33,2
BRASIL	131.750,6	144.137,3	135.134,5	149.254,9	161.507,1	8,2

Fonte: Conab

(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

Projeções do agronegócio brasileiro

Brasil: projeção de produção

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	Milhões t	1,7	1,8	1,8	1,9	2	2,1	2,2	2,3	2,3	2,4	4,3
Arroz	Milhões t	12,6	12,7	12,8	12,9	13,1	13,2	13,3	13,5	13,6	13,7	1,0
Feijão	Milhões t	3,6	3,5	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7	3,8	3,8	3,8	0,9
Milho	Milhões t	56,2	56,4	57,8	58,8	60	61,1	62,2	63,3	64,4	65,5	2,0
Soja Grão	Milhões t	71,1	72,8	74,5	76,2	78	79,7	81,4	83,1	84,8	86,5	2,3
Soja Farelo	Milhões t	27,5	27,9	28,5	29,1	29,6	30,2	30,7	31,3	31,8	32,4	1,9
Soja Óleo	Milhões t	7	7,2	7,3	7,4	7,6	7,7	7,9	8	8,2	8,3	1,9
Trigo	Milhões t	5,3	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8	5,9	6	6,1	6,2	1,6
Carne Frango	Milhões t	13,1	12,9	13,9	13,6	14,6	14,3	15,3	15	16	15,7	2,6
Carne Bovina	Milhões t	9,4	9,6	9,8	10	10,3	10,5	10,7	10,9	11,1	11,4	2,2
Carne Suína	Milhões t	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,8	3,9	3,9	4	4,1	1,9
Café	Milhões sc	50	58,9	54,5	64,2	59,4	69,9	64,8	76,2	70,6	-	4,0
Açúcar	Milhões t	35,9	35,8	36,8	38,4	38,7	39,6	40,2	41,2	42	42,3	2,2
Mandioca	Milhões t	26,3	26,2	26,2	26,2	26,2	26,2	26,1	26,1	26,1	26,1	-0,1
Batata Inglesa	Milhões t	3,6	3,7	3,8	3,8	3,9	3,9	4	4,1	4,1	4,2	1,6
Laranja	Milhões t	19,9	20,2	20,7	21	21,5	21,9	22,3	22,7	23,1	23,5	1,9
Leite	Bilhões l	32,3	33	33,6	34,3	34,9	35,6	36,2	36,9	37,5	38,2	1,9
Fumo	Milhões t	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1	1	1,4
Cana-de-Açúcar	Milhões t	769,3	788	806,4	824,7	843,1	861,4	879,7	898	916,3	934,6	2,2
Papel	Milhões t	10,3	10,5	10,8	11	11,3	11,6	11,8	12,1	12,3	12,6	2,3
Celulose	Milhões t	15,1	15,5	16,1	16,5	17	17,5	18	18,5	19	19,4	2,9

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

Nota: Cana-de-açúcar - refere-se à cana destinada à produção de açúcar, álcool e a outros fins como forrageiras, cachaças etc.

Brasil: projeção de área plantada (milhões ha)

PRODUTO	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,89	0,89	0,89	-0,2
Arroz	2,48	2,38	2,28	2,23	2,12	1,99	1,89	1,78	1,69	1,61	-4,6
Feijão	3,72	3,63	3,63	3,62	3,57	3,54	3,52	3,49	3,46	3,43	-0,8
Milho	13,14	13,06	13,15	13,16	13,21	13,24	13,27	13,31	13,35	13,38	0,3
Soja Grão	25,4	25,98	26,5	27,01	27,51	28,01	28,52	29,02	29,52	30,02	1,9
Trigo	2,34	2,31	2,31	2,29	2,28	2,27	2,26	2,24	2,23	2,22	-0,5
Café	1,97	1,9	1,85	1,79	1,74	1,68	1,62	1,56	1,51	1,45	-3,3
Mandioca [*]	1,81	1,8	1,79	1,78	1,77	1,76	1,76	1,75	1,74	1,73	-0,5
Batata Inglesa [*]	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12	-1,0
Laranja [*]	0,87	0,88	0,89	0,9	0,91	0,92	0,93	0,94	0,95	0,96	1,2
Fumo [*]	0,46	0,46	0,46	0,47	0,47	0,48	0,48	0,49	0,49	0,5	1,0
Cana-de-Açúcar [*]	9,64	9,85	10,06	10,27	10,48	10,69	10,9	11,1	11,31	11,52	2,0

* Área colhida

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

Nota: Cana-de-açúcar - refere-se à cana destinada à produção de açúcar, álcool e a outros fins como forrageiras, cachaças etc.

Brasil: projeção de consumo

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	Mil t	1	1,01	1,02	1,03	1,04	1,05	1,06	1,07	1,08	1,09	1,0
Arroz	Mil t	12,79	12,92	13,07	13,2	13,33	13,47	13,61	13,74	13,88	14,01	1,0
Feijão	Mil t	3,55	3,6	3,64	3,68	3,72	3,76	3,8	3,84	3,89	3,93	1,1
Milho	Mil t	47,86	48,3	49,62	50,26	51,46	52,2	53,3	54,1	55,15	56	1,9
Soja Grão	Mil t	38,61	39,35	40,14	40,92	41,7	42,49	43,27	44,05	44,83	45,61	1,9
Soja Farelo	Mil t	12,86	13,21	13,55	13,9	14,25	14,61	14,96	15,31	15,66	16,01	2,5
Soja Óleo	Mil t	5,38	5,51	5,64	5,76	5,88	6,01	6,13	6,25	6,37	6,5	2,2
Trigo	Mil t	10,49	10,63	10,76	10,9	11,03	11,17	11,31	11,44	11,58	11,71	1,2
Carne Frango	Mil t	9,02	8,73	9,49	9,19	9,95	9,65	10,41	10,11	10,87	10,57	2,5
Carne Bovina	Mil t	7,54	8,18	8,46	8,38	8,57	8,79	8,78	8,89	9,24	9,43	2,3
Carne Suína	Mil t	2,83	2,89	2,94	3	3,05	3,11	3,16	3,21	3,27	3,32	1,8
Café	Milhões sc	20,38	21,29	22,25	23,25	24,3	25,39	26,54	27,73	28,98	-	4,5
Açúcar	Milhões t	12,3	12,54	12,78	13,02	13,27	13,51	13,75	13,99	14,23	14,47	1,8
Leite	Milhões l	32,5	33,15	33,79	34,43	35,07	35,71	36,35	36,99	37,62	38,26	1,9
Papel	Mil t	9,63	9,88	10,14	10,39	10,65	10,9	11,16	11,41	11,66	11,92	2,4
Celulose	Mil t	6,17	6,39	6,52	6,63	6,78	6,91	7,04	7,18	7,31	7,45	2,0

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

Projeções do agronegócio brasileiro

Brasil: projeção de exportação

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	Milhões t	0,55	0,59	0,62	0,65	0,69	0,72	0,75	0,79	0,82	0,86	5,1
Milho	Milhões t	9,19	11,16	11,11	10,92	12,16	12,67	12,66	13,42	14,09	14,3	4,6
Soja Grão	Milhões t	30,9	32,99	33,57	34,26	35,71	36,97	37,67	38,6	39,77	40,74	3,2
Soja Farelo	Milhões t	13,89	14,13	14,26	14,44	14,59	14,75	14,9	15,06	15,21	15,37	1,1
Soja Óleo	Milhões t	1,42	1,43	1,43	1,45	1,45	1,46	1,47	1,48	1,49	1,5	0,5
Suco de laranja	Milhões t	2,13	2,21	2,26	2,32	2,38	2,44	2,5	2,56	2,62	2,68	2,5
Carne Frango	Milhões t	4,12	4,15	4,4	4,42	4,66	4,68	4,91	4,93	5,16	5,17	2,9
Carne Bovina	Milhões t	1,85	1,9	1,95	2,01	2,06	2,11	2,17	2,22	2,27	2,33	2,6
Carne Suína	Milhões t	0,6	0,62	0,63	0,65	0,67	0,69	0,71	0,72	0,74	0,76	2,8
Café	Milhões sc	34,54	35,41	36,29	37,2	38,13	39,08	40,06	41,06	42,09		2,5
Açúcar	Milhões t	30	31,16	32,48	33,75	35,03	36,31	37,59	38,87	40,15	41,42	3,8
Leite	Bilhões l	0,22	0,23	0,24	0,25	0,26	0,27	0,28	0,29	0,3	0,31	4,2
Papel	Milhões t	2,18	2,24	2,29	2,35	2,4	2,46	2,52	2,57	2,63	2,68	2,4
Celulose	Milhões t	9,19	9,63	9,97	10,36	10,71	11,08	11,44	11,8	12,16	12,53	3,5

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

Brasil: projeção de importação

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Trigo	Milhões t	6,12	6,19	6,25	6,31	6,38	6,44	6,5	6,56	6,62	6,69	1,0
Leite	Bilhões l	0,85	0,88	0,89	0,89	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8
Arroz	Milhões t	0,35	0,44	0,52	0,58	0,64	0,69	0,74	0,79	0,83	0,98	13,3
Feijão	Milhões t	0,16	0,17	0,19	0,18	0,18	0,2	0,2	0,2	0,21	0,21	2,0

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

Regiões do Brasil: projeção de produção

	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Arroz (mil t)											
RS	8.400	8.507	8.721	8.884	9.072	9.248	9.429	9.608	9.788	9.967	2,1
Cana-de-Açúcar (mil t)											
GO	55.522	58.531	61.125	63.426	65.500	67.404	69.180	70.858	72.462	74.010	3,4
MG	66.732	68.877	70.830	72.661	74.412	76.110	77.775	79.419	81.047	82.667	2,5
MT	17.093	18.234	18.880	18.923	19.084	19.497	20.371	21.034	21.392	21.579	2,6
PR	57.473	59.420	61.104	62.656	64.190	65.733	67.283	68.834	70.385	71.935	2,6
SP	461.265	474.280	489.653	501.992	515.341	527.236	539.556	551.177	562.972	574.429	2,6
Milho (mil t)											
MG	6.449	6.552	6.657	6.762	6.866	6.970	7.075	7.179	7.284	7.388	1,5
MT	9.217	9.620	9.862	10.049	10.344	10.620	10.843	11.097	11.367	11.613	2,6
PR	12.105	12.732	12.680	13.004	13.120	13.351	13.518	13.721	13.904	14.098	1,3
Soja Grão (mil t)											
MT	20.720	21.257	21.832	22.395	22.952	23.512	24.073	24.633	25.193	25.753	2,5
PR	14.537	14.831	15.097	15.372	15.644	15.917	16.190	16.462	16.735	17.008	1,8
RS	7.951	9.059	9.513	8.876	8.401	8.966	9.680	9.526	8.985	9.098	1,1
Trigo (mil t)											
PR	3.291	3.337	3.391	3.448	3.508	3.569	3.630	3.692	3.754	3.816	1,7
RS	2.045	2.074	2.106	2.157	2.189	2.228	2.270	2.306	2.346	2.386	1,8

Fonte: AGE/Embrapa/Mapa - 2011